



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ISABEL KELLY DIAS AMORIM**

**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
EM ARTIGOS CIENTÍFICOS  
PUBLICADOS ENTRE 2011-2015**

**BRASÍLIA  
2017**

**ISABEL KELLY DIAS AMORIM**

**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
EM ARTIGOS CIENTÍFICOS  
PUBLICADOS ENTRE 2011-2015**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço  
Social da Universidade de Brasília,  
como requisito parcial para obtenção  
do grau de Bacharel em Serviço Social.  
Orientadora: Denise Bomtempo Birche  
de Carvalho**

**BRASÍLIA**

**2017**

**ISABEL KELLY DIAS AMORIM**

**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO  
EM ARTIGOS CIENTÍFICOS  
PUBLICADOS ENTRE 2011-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 02 de fevereiro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dra. Denise Bomtempo Birche De Carvalho**  
**Doutora em Ciências Sociais/Sociologia pela Universidade de Paris 1 –**  
**Panthéon/Sorbonne – França**  
**ORIENTADORA**

---

**Prof. Dra. Carolina Cassia Batista Santos**  
**Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Campinas –**  
**São Paulo, Brasil.**  
**EXAMINADORA**

---

**Luciana dos Reis Mendes Amorim**  
**Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília –**  
**Brasília, Brasil.**  
**EXAMINADORA**

Dedico essa monografia a todas e todos os jovens que espalhados pelo país sofrem as mais diversas violações, mas ainda assim não deixam nunca que seu espírito revolucionário e contestador seja abafado. Dedico essa monografia a/aos jovens que nunca se calam.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade de Brasília, na figura das professoras e professores e demais profissionais com quem tive contato, pelas ricas experiências que me proporcionaram nos mais diversos momentos de reflexão, crítica, descoberta, desconstrução e construção.

À professora Dra. Denise Bomtempo pela paciência, disposição e dedicação em me orientar de forma tão encantadora e competente, sem ela certamente este trabalho não sairia do campo das ideias.

À banca examinadora, por aceitarem o convite de avaliar esta monografia, que é o meu primeiro trabalho de produção científica.

Aos meus pais e irmãos por me darem a força, o carinho e o apoio necessário para vencer os desafios que se apresentaram no decorrer da vida acadêmica, em específico durante a escrita desta monografia.

À Sarah e a todas e todos que me ajudaram a seguir em frente, trilhando os caminhos com sorrisos apesar das pedras encontradas no percurso.

“Tudo pode ser melhorado na busca do conhecimento”

Luciana dos Reis  
Mendes Amorim

## RESUMO

O presente estudo objetiva analisar as categorias juventude e violência no Brasil. Levanta a discussão sobre a juventude enquanto categoria sociológica, política e histórica e a violência, como um fenômeno que merece ser estudado sob diferentes enfoque, uma vez que o seu conceito pode ser definido sob parâmetros muito variados dependendo do contexto sócio-histórico-cultural. A análise tem como embasamento os artigos científicos publicados sobre o tema entre 2011-2015, produzidos pelas diversas áreas do conhecimento. Esse é um assunto emergente, apesar de pouco discutido em alguns ambientes. A pesquisa em questão é de natureza exploratória, com uma abordagem qualitativa. Refere-se a um estudo bibliográfico e documental extraídos das ferramentas de pesquisa *Google Scholar* e da base de dados do *Scielo*, do qual se destaca a localização de setenta artigos escritos sobre o tema no período pesquisado. Por meio da análise documental foi possível definir os eixos de análises, relevantes para o debate em questão. São eles: as concepções acerca da juventude enquanto categoria sociológica e política; a percepção dos autores sobre a construção da juventude brasileira, bem como seus traços mais marcantes em relação a vulnerabilidade; as configurações acerca da prática e vitimização dos jovens em relação a violência; e a veiculação da imagem do jovem na mídia, bem como as possibilidades de enfrentamento a violência por meio da participação política dos mesmos. É a partir da produção de conhecimento acerca dessa temática, e da sua discussão nos diversos ambientes sociais que se fará possível a ampliação da visibilidade dessa população, bem como a proposição e execução de políticas públicas específicas para os jovens. A partir dos presente estudo ficam as questões de quais são as possibilidades de enfrentamento à problemática da violência naturalizada entre os jovens, bem como quais são as ferramentas que podem ser usadas para modificar a imagem dos mesmos pela mídia, facilitando a ampliação e execução de políticas públicas para essa população.

**Palavras-chaves:** juventude; violência; mídia; políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the production of knowledge about youth and violence in Brazil. The analysis is based on scientific articles published between 2011-2015 which were produced by several fields of knowledge. It raises the discussion about youth as a sociological, political and historical category and violence, as a phenomenon that deserves to be studied under different approaches, since its concept can be defined under very varied parameters depending on the socio-historical-cultural context. This is an emergent matter, though it is little discussed in some environments. The current research has an exploratory nature with a qualitative approach. It refers to a bibliographic and documentary study from the research tools of Google Scholar and Scielo database - seventy articles about the theme have been featured. By the documentary analysis it was possible to define the relevant subjects to the discussion: the conceptions about youth as a political and sociological category; the authors' conceptions on the construction of Brazilian youth, as well as its most remarkable traces towards vulnerability; the configurations about the practice and victimization of young people related to violence in its general ambit; and the media portrayal of young people and the possibilities to combat violence through their political engagement. From the production of knowledge about that theme and its discussion in several social environments, it will be possible to maximize the visibility of young population, as well as the creation and fulfillment of specific youth policies. From the present study are the questions of what are the possibilities of coping with the problem of naturalized violence among young people, as well as what tools can be used to modify their image by the media, facilitating the expansion and execution of policies for this population.

**Keywords:** youth; violence; media; public policies.



## **LISTA DE SIGLAS**

ANPEGE: Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Geografia

CONJUV: Conselho Nacional de Juventude

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

ECA: Estatuto da Criança e Adolescente

FAMINAS: Faculdade de Minas

HIV/AIDS: Vírus de imunodeficiência humana, causador da Síndrome da imunodeficiência adquirida

IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PPGE/ME: Programa de pós-graduação em Educação

PIB: Produto Interno Bruto

PNJ: Plano Nacional da Juventude

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PÓLIS: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

SIM: Sistema de informação sobre mortalidade

SINAJUV: Sistema Nacional de Juventude

SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SNJ: Secretaria Nacional da Juventude

UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP: Universidade Estadual Paulista

USF: Universidade São Francisco

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>   | <b>05</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>08</b> |
| <b>1. METODOLOGIA E A REALIDADE DA PESQUISA .....</b>                 | <b>15</b> |
| 1.1 Motivações para a pesquisa .....                                  | 15        |
| 1.2 Procedimentos metodológicos .....                                 | 16        |
| 1.3 Análise dos dados .....   | 24        |
| <b>2. JUVENTUDE: UMA CATEGORIA SOCIOLOGICA E POLITICA .....</b>       | <b>26</b> |
| 2.1 Contextualização da juventude brasileira .....                    | 26        |
| 2.2 Protagonismo, uma forma de participação .....                     | 34        |
| 2.3 Algumas conquistas da juventude .....                             | 36        |
| <b>3. A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE VULNERÁVEL .....</b>                  | <b>39</b> |
| 3.1 Violência, juventude, vulnerabilidades e a questão social .....   | 40        |
| 3.2 Violência, juventude e um diferencial de gênero .....             | 46        |
| 3.3 Juventude, violência e a questão racial.....                      | 48        |
| <b>4. VIOLÊNCIA, UMA EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS .....</b>         | <b>52</b> |
| 4.1 Sobre violência .....   | 53        |
| 4.2 Violência como uma forma de relação social .....                  | 57        |
| 4.3 Adolescentes e jovens em conflito com a lei .....                 | 61        |
| <b>5. O JOVEM NA MÍDIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>              | <b>65</b> |
| 5.1 A visão midiática e policial da juventude .....                   | 66        |
| 5.2 Políticas públicas para juventude? .....                          | 69        |
| 5.3 O empoderamento como uma forma de enfrentamento à violência ..... | 72        |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                  | <b>76</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                            | <b>69</b> |

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a juventude enquanto categoria sociológica, política e histórica ainda é relativamente recente tanto no âmbito nacional como internacional. Não existe, ainda, um consenso acadêmico sobre o que é a juventude, uma vez que essa problemática enfrenta muitas dificuldades tanto em vista a diversidade de visões e concepções sobre o tema. Essas discussões vão desde a questão geracional até uma análise mais profunda para a formulação de políticas públicas voltadas para esse segmento.

Juventude pode parecer, à primeira vista, um tema óbvio, assim como o diagnóstico de seus problemas, a juventude é uma questão compartilhada por todos, independente da faixa etária. Querendo ou não, os jovens são uma pauta constante na mídia, nas publicidades e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito (RIBEIRO; NOVAES; VANNUCHI, 2004).

Bourdieu (1983) diria que a juventude não é muito mais que uma palavra, ou seja, que uma construção social, uma indicação, uma referência. Para o autor apesar de a juventude ser um dado biológico, ela pode ser socialmente manipulada e manipulável. A juventude, assim como as outras categorias e faixas etárias, é produto de um construto social. Se se discute hoje a juventude é porque essa é uma demanda atual da sociedade.

Cerca de 25% da população total sul-americana é formada por jovens (SILVA; PANDOLFI, 2010). Mas a juventude, apesar de compartilhar traços comuns em todos os países, tais como a idade e os dilemas da transição da adolescência para a vida adulta, se configura e se transforma de acordo com cada sociedade, bem como com cada tempo histórico. Ser jovem na atualidade vai muito além das tentativas de autonomia, escolarização, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais e configuração de um novo núcleo familiar – características gerais de uma vida adulta. Ser jovem na contemporaneidade se refere também as discussões de gênero, preconceitos étnico-raciais, desigualdades, acesso a informação, comunicação, tecnologias, capitalismo, globalização e tantos outros assuntos emergentes (SILVA; PANDOLFI, 2010). Em suma, discutir a juventude é discutir a sociedade, a forma como se estabelecem as relações sociais e a configuração dos papéis e funcionalidades de cada segmento.

Mas a verdade é que há e sempre existiu uma ambivalência nas representações que a sociedade constrói sobre a juventude. Ao mesmo tempo em que ela é vista como o futuro do país, também é vista como uma geração perdida, desorientada e desordeira. O número de jovens no mundo cresce a cada ano, bem como as demandas específicas dessa população.

Assim como cresce o número de jovens, tem crescido a atenção dirigida aos mesmos nas últimas décadas no Brasil, tanto por parte da dita opinião pública, representada pelos meios de comunicação de massa, como pela academia. Isso é reflexo do aumento relativo do peso dessa população jovem em relação a população total brasileira. Segundo último censo do IBGE (2010), 35,8% da população do país é formada por jovens com idades entre 15 e 29 anos.

No meio acadêmico os jovens tem se tornado tema de investigações e reflexões, no entanto, a maior parte das produções ainda é destinada a discutir situações alheias que se apresentam na vida dos jovens, tais como as relações nas instituições escolares, ou com a família, os sistemas jurídicos e penais para os adolescentes e jovens que se encontram em conflito com a lei, a produção e veiculação da moda jovem, ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações problemáticas para os mesmos. São, ainda, escassas as produções que se destinam a discutir o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações (ABRAMO, 1997), até porque em boa parte das vezes essas produções não são protagonizadas por jovens, o que de certa forma empobrece um pouco a discussão e o empoderamento dessa população.

Não somente os jovens solicitam esse debate, mas a sociedade como um todo. O jovem, a juventude, é um tema claramente atual e contemporâneo, que necessita receber a atenção necessária não só no que diz respeito a sua conceituação, mas também a resolução de suas demandas particulares.

É possível afirmar que os jovens são os brasileiros mais afetados pelo tipo de desenvolvimento econômico e social imprimido nas últimas décadas, o que aprofundou os problemas da exclusão social (RIBEIRO; NOVAES; VANNUCHI, 2004). O agravamento desses problemas sociais colaboram para o aumento da violência, e um dos principais temas relacionados aos jovens são os índices de violência entre essa população.

A violência, assim como a juventude, é um fenômeno que merece ser estudado sob diferentes enfoque, uma vez que o seu conceito pode ser definido sob

parâmetros muito variados e com características bastante diversas, dependendo do contexto sócio-histórico-cultural como será visto nos capítulos que se seguem.

Uma primeira aproximação entre a violência e a juventude parte da construção da imagem do jovem no imaginário social associada a problemas, crimes e outras contravenções, o que progressivamente ganha visibilidade quando vinculada ao enorme crescimento dos índices de violência, ao consumo e tráfico de drogas, entre outros problemas sociais.

Segundo dados do Observatório Regional de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde, em 2012, as agressões foram a principal causa de morte entre jovens na idade de 15 a 29 anos.

Há que se compreender a conjuntura e os motivos pelos quais os jovens são os principais agentes e as principais vítimas de violência, seja ela urbana, simbólica, real ou institucional. A vinculação entre os jovens e os atos de violência não é somente uma imagem ilustrada nas mentes de muitos brasileiros, ela é também um fato real e concreto do cotidiano de muitos cidadãos. Apesar de parecer naturalizada a juventude violenta, essa articulação entre os jovens e a criminalidade só pode ser compreendida se forem levados em consideração todos os fatores que determinam a participação do jovem na sociedade, e isso vai desde o lugar geográfico que ele ocupa, na periferia ou no centro da cidade, até os direitos que ele teve ou não acesso, passando pelos conjuntos étnico-raciais a que pertence e também a classe social. Mas não é só isso, a violência, por se tratar de uma problemática, diz respeito a forma como as relações sociais são estabelecidas, aceitas ou rejeitadas. A concepção de violência varia de acordo com o conjunto social no qual ela acontece, e por isso ela pode se tornar um modo pelo qual as pessoas se relacionam, principalmente quando se fala da construção de identidades e imagens sociais, como por exemplo, a construção da masculinidade, que independente do momento histórico ainda é muito pautada na agressividade, intolerância e inconsequência.

Nas últimas décadas, a temática da violência tem se apresentado em diversos fóruns e instâncias de debates – meio acadêmico, mídia, instâncias governamentais e cidadãos de forma geral, apesar de ainda se mostrar, por vezes, como um assunto intocável. Vários são os campos do conhecimento e setores da sociedade civil e do poder público que se dedicam à compreensão deste fenômeno, seja tentando apreender suas causas e seus efeitos, seja analisando suas vítimas, ou, ainda, tentando vislumbrar um contexto societário no qual a violência é uma de suas

facetar (ABRAMO, 1997).

Apesar das recentes conquistas quanto aos direitos dos jovens com as discussões protagonizadas por eles nas Conferências Nacionais de Juventude, que aconteceram em 2008, 2011 e 2015, e além da promulgação do Estatuto Brasileiro da Juventude de 2013 muito ainda precisa ser feito no âmbito das políticas públicas setoriais e transversais. E é sabido que para que a discussão chegue ao nível dos direitos antes ela precisa estar pulverizada na sociedade, precisa estar explicitada enquanto demanda, por isso é preciso discutir o assunto em todos os âmbitos, inclusive o acadêmico.

Diante desse quadro, de múltiplas discussões sobre o conceito de juventude e dos altos índices de violência sofridos por essa população se viu necessário realizar um estudo mais aprofundado sobre a produção acadêmica que veiculasse as categorias de análise juventude e violência. Para isso fez-se a indagação: qual foi a discussão, no âmbito dos artigos científicos, sobre as relações estabelecidas entre juventude e violência no período de 2011 a 2015?

A resposta para esta indagação se desenvolve com a análise das produções de conhecimento acerca dessa temática, o que foi encontrado a partir de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e documental, com o levantamento empírico de artigos científicos produzidos por diversas áreas de conhecimento e publicados entre 2011 e 2015.

O presente trabalho tem como temática juventude e violência, e a discussão se dá a partir da análise da produção de conhecimento acadêmico a cerca do tema. O objetivo geral do trabalho é identificar na produção em artigos científicos, sobre juventude e violência, os assuntos e as tendências de pensamento dos autores, bem como verificar as formas de abordagem sobre o tema. Para isso escolheu-se o recorte temporal do quinquênio 2011-2015, contemplando o intervalo de tempo entre a segunda e a terceira Conferência Nacional da Juventude e o ano de aprovação do Estatuto, 2013.

Com base nisso, os objetivos específicos se configuram a partir da análise das formas e temáticas abordadas nos artigos, a fim de: a) identificar tendências gerais sobre o tema a partir da análise dos autores; b) averiguar as concepções acerca da juventude enquanto categoria sociológica e política; c) verificar a percepção dos autores sobre a construção da juventude brasileira, bem como seus traços mais marcantes em relação a vulnerabilidade; d) compreender as

configurações acerca da prática e vitimização dos jovens em relação a violência no seu âmbito geral; analisar a veiculação da imagem do jovem na mídia, bem como as possibilidades de enfrentamento a violência por meio da participação política.

Este levantamento foi desenvolvido com base na análise de 70 artigos científicos, produzidos por profissionais das mais diversas áreas, que contemplassem a articulação das temáticas juventude e violência publicados no período de 2011 a 2015. Os artigos foram profundamente analisados para que fosse possível determinar eixos de análise a fim de qualificar a pesquisa. Dessa forma, inicialmente foram selecionados três grandes temas relevantes a partir dos recorrentes apresentados pelos autores nos artigos, com base nesses temas foi possível agrupar, posteriormente, algumas informações congruentes que permitiram elaborar categorias iniciais e categorias finais de análise.

A partir da elaboração de um quadro, e já concluída a análise de conteúdo dos artigos, foi possível configurar este estudo em quatro capítulos distintos, porém inter-relacionados, articulando e aprofundando as temáticas já descritas.

A elaboração dessa monografia visa contribuir, no âmbito do Serviço Social, para o fomento da discussão a cerca da juventude, especificando a temática da violência, na compreensão de que os assistentes sociais enquanto profissionais que lidam diretamente com essas demandas precisam estar inseridos nesse debate. Curiosamente nenhum dos artigos encontrados foi escrito por assistente social, nem tão pouco abordou abertamente a questão da violência enquanto uma expressão da questão social, ou as possibilidades que o Serviço Social possui para tratar e discutir o assunto. Esse fato evidencia a necessidade de diálogo sobre esse tema nas discussões profissionais no que se refere a violência. Apesar de boa parte dos estudantes de Serviço Social estarem na faixa etária considerada jovem, e apesar de certamente já terem vivenciado dentro ou fora dos ambientes familiares e acadêmicos situações de violência isso não foi suficiente para que os mesmo discutissem ou produzissem conhecimento acerca do tema. Os profissionais, já formados, também se ausentaram dessas publicações, ainda que lidando diretamente com essa população vejam cotidianamente suas mazelas.

Optou-se por analisar a produção em artigos científicos e não outras formas de publicação acadêmica na compreensão de que os artigos, pela sua estrutura mais sucinta e objetiva possibilitam a análise de um maior número de dados possibilitando a abrangência de mais áreas e temáticas, além de serem, atualmente,

uma das mais utilizadas formas de publicação científica.

Sobre a estrutura da monografia, num primeiro momento, será apresentado um capítulo de abertura que se configura na apresentação da metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Após a descrição metodológica chegar-se-á ao trabalho propriamente dito, composto pela análise qualitativa do conteúdo e dividido, em quatro capítulos.

O primeiro capítulo tem o objetivo de detalhar o percurso metodológico e a realidade da pesquisa aqui apresentada. Optou-se por separar a descrição metodológica da introdução para facilitar a leitura por parte daqueles que ainda não estão familiarizados com o procedimento científico, em específico outros estudantes de graduação. Enquanto pesquisadora iniciante uma das maiores dificuldades encontradas foi a de compreender e vivenciar os detalhes e processos da pesquisa científica e na tentativa de auxiliar outros estudantes que passarão pelo mesmo processo decidiu-se por tal divisão.

O capítulo 2 possui caráter introdutório e tratará sobre a construção da juventude enquanto uma categoria analítica, política, histórica e sociológica. Neste capítulo serão utilizados autores já renomados na temática, e não somente os autores dos artigos pesquisados. Identificou-se a necessidade de utilizar esses autores para contextualizar o tema, bem como para levantar questões importantes que não foram tocadas nas publicações analisadas. Ao final do segundo capítulo será trazida, de forma sucinta, a questão do protagonismo juvenil na compreensão de que a partir dessa contextualização será mais fácil a intelecção, por parte do leitor, da presença ou ausência de direitos voltados para os jovens, bem como a participação dos mesmos na formulação e execução de políticas públicas setoriais.

O terceiro capítulo fará a descrição, com base nos artigos pesquisados, das vulnerabilidades enfrentadas pela juventude. Tocando especificamente na questão social, um assunto que se manteve ausente dos artigos encontrados, mas também abordará as questões de gênero, raça e classe social, na tentativa de compreender os tocantes da vulnerabilidade que afetam a sociedade como um todo, mas são mais latentes quanto mais jovem é o segmento em questão.

O capítulo 4 é dedicado a discussão sobre a violência propriamente dita, percebendo-a enquanto expressão das relações sociais. Será feita uma contextualização sobre a problemática da violência no âmbito de cada sociedade, tentando configurá-la enquanto manifestação não só do momento histórico e



geográfico ao qual faz parte, mas também como expressão das formas de pensamento e visão de mundo reproduzidas nos atos de toda a sociedade.

Por fim, o quinto e último capítulo tratará da veiculação de informações sobre violência ligada a juventude na mídia, bem como a forma como essa veiculação é feita e deságua na construção da visão que a sociedade tem sobre a juventude. Ao final do capítulo será abordada, de forma bem sucinta, a questão das políticas públicas voltadas para os jovens e como o empoderamento dessa população pode ser tornar uma forma de enfrentamento à violência.

## **1. METODOLOGIA E REALIDADE DA PESQUISA**

O capítulo que se segue visa demonstrar de forma clara e objetiva, a trajetória da produção de conhecimento expressa neste trabalho e alcançadas através da análise das publicações acadêmicas encontradas. Será apresentada, também, a motivação para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada e como foi realizada a análise de conteúdo que originou a criação do referencial teórico desta produção.

### **1.1 Motivações para a pesquisa**

Durante a graduação em Serviço Social, sejam nas vivências de sala de aula, centro acadêmico, estágio ou debates a cerca da profissão poucos foram os momentos de discussão sobre a juventude enquanto categorias analítica e social, assim como ainda é escassa a discussão nesses espaços sobre os direitos da juventude.

O interesse pela temática surgiu a partir das informações que foram veiculadas em decorrência da Terceira Conferência Nacional da Juventude que aconteceu em 2015 na cidade de Brasília. A presença da Conferência na cidade movimentou os ambientes democráticos e políticos, chamando atenção para as demandas dessa população, no entanto somente as discussões não foram suficientes para dar voz a grandes efeitos no que diz respeito a elaboração e execução de políticas públicas para esse segmento.

Mas o fato é que ao tomar conhecimento de forma mais profunda sobre os assuntos, abordagens e desafios da população jovem, e estando inserida nessa população a autora desta monografia despertou interesse pelo tema, e ao perceber sua relevância para sociedade e a ausência dessa discussão no âmbito do Serviço Social optou por esse objeto de pesquisa para seu trabalho de conclusão de curso.

Dentro da temática da juventude quase tudo pode ser discutido, desde moda, estilo e expressões artísticas até questões de classe, gênero, raça, participação, globalização, acesso a informação dentre outros assuntos. Mas optou-se por focar na temática da violência porque esse é um assunto clemente, mas que ainda está

velado para a sociedade, sendo sempre evitada a sua discussão de forma mais profunda.

Tendo em vista o prazo para realização da pesquisa e a curiosidade pela percepção dos diversos profissionais sobre a temática optou-se por fazer uma pesquisa exploratória e bibliográfica sobre os artigos acadêmicos públicos no intervalo de tempo entre a Segunda e a Terceira Conferência Nacional de Juventude, contemplando os anos de 2011 a 2015.

Dessa forma o presente trabalho visa chamar atenção sobre essa problemática, na tentativa de contribuir com essa discussão na busca de resolutivas para o problema da juventude ligada a violência.

## **1.2 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa tem como objetivo analisar as produções de artigos acadêmicos sobre a temática juventude e violência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa.

A pesquisa é uma das bases da universidade e consequentemente do conhecimento científico. O fato de ser exploratória e qualitativa contribuiu para definição dos objetivos de trabalho, além de ajudar na descoberta de formas originais para o desenvolvimento do assunto pesquisado (CIRIBELLI, 2003).

O objeto de estudo das Ciências Humanas é histórico, o que significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Por isso, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social (MINAYO, 2001).

As pesquisas bibliográficas podem ser realizada a partir de diversos objetos, tais como documentos, bibliografias, entrevistas, web sites, dentre outros. Dessa forma optou-se por utilizar as ferramentas de pesquisa Google Scholar e a base de dados de artigos do Scielo, onde foram inseridas as seguintes palavras-chaves para a busca: juventude, violência e o ano de pesquisa (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) . Foram analisadas as primeiras quinze páginas de cada ferramentas, com as palavras-chaves e o ano a ser pesquisado como parâmetro de busca, uma vez que a partir da décima sexta página, os links apresentados dispersavam muito do objeto

principal. Ainda nessas primeiras páginas muitos dos artigos encontrados estavam em links diferentes, mas se referiam ao mesmo conteúdo, e muitos artigos se referiam somente a temática da violência, ou a temática da juventude ligada a outros assuntos como estilo de vida, participação política e relacionamentos pessoais. Foi feita uma análise de cada link, a fim de qualificar a apuração dos dados, porém em sua maioria, os artigos diziam respeito a outros temas, distintos do que estava sendo procurado. Foi feita, então uma primeira seleção dos artigos que contemplavam 86 publicações.

Depois de uma leitura mais criteriosa do conteúdo dos artigos foram sendo eliminadas aquelas produções que diziam respeito somente a juventude, sem a conexão explícita com a violência, assim como foram eliminados os artigos que tratavam somente sobre a violência sem tocar na questão do jovem. Na pesquisa também foram encontrados vários artigos que tratavam da questão das crianças e adolescentes vítimas de violência. Os artigos no qual o conteúdo era referente somente as crianças foram descartados, porém os que se destinaram a discutir a questão da adolescência, em específico os adolescentes em conflito com a lei foram levados em consideração, uma vez que a problemática desses adolescentes diz respeito as discussões sobre a juventude, e estão intimamente ligadas a violência. Com esse crivo o número de artigos que se adequavam ao objetivo de pesquisa passou de 86 para 70 artigos, um número relativamente expressivo de publicações, levando em consideração a especificidade do tema.

No início da pesquisa os temas que seriam analisados se referiam a violência e participação política. O objetivo inicial era fazer um link entre essas duas formas de estar e lidar com o mundo, no entanto após finalizada a pesquisa a cerca dos artigos sobre juventude e violência, ao verificar o número de publicações e a diversidade de abordagens, linguagens e experiências, e levando em consideração o tempo hábil para produção desse trabalho, bem como a sua finalidade – obtenção do título de graduação em Serviço Social – optou-se por utilizar os 70 artigos que foram encontrados na primeira parte da pesquisa. Essa decisão foi tomada para que se pudesse discutir mais profundamente a questão da violência na tentativa de compreender sua estrutura e implicações. Alguns poucos artigos, utilizados para confecção do capítulo 4, trouxeram à tona a questão da participação social e política como forma de enfrentamento a violência, assim como uma das seções do capítulo 1, o que de certa forma contemplou o plano original do trabalho.

Finalizado o processo de seleção dos artigos sobre juventude e violência, os mesmos foram catalogados em um quadro, para que fosse possível a apreciação macro do objeto de pesquisa, é o quadro que se segue.

**Quadro 1. Artigos acadêmicos sobre a juventude e violência, no período 2011-2015.**

|    | <b>Título</b>   | <b>Veiculação</b>   | <b>Ano</b> | <b>Autores</b>   |
|----|---|---|------------|--|
| 01 | Adolescentes em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para a promoção do desenvolvimento                                     | Psicologia em Estudo  | 2011       | Liana Fortunato Costa;<br>Maria Aparecida Penso;<br>Maria Fátima Oliver<br>Sudbrack;<br>Olga Maria Pimentel Jacobina |
| 02 | A juventude na ótica de policiais: a negação do direito na aparência  | Linhas Críticas   | 2011       | Carlos Angelo de M. Sousa;<br>Candido Alberto da C. Gomes  |
| 03 | A rua e o medo: algumas considerações sobre a violência sofrida por jovens homossexuais em espaços públicos   | Revista Latino-americana de Geografia e Gênero                                    | 2011       | Thiago Barcelos Soliva   |
| 04 | A violência no cotidiano escolar de uma escola de periferia   | Atos de pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB                                       | 2011       | Fernanda Feitosa do Vale;<br>Leila Maria Ferreira Salles   |
| 05 | Da lei dos homens à lei da selva. Sobre adolescentes em conflito com a lei  | Trivum  | 2011       | Junia de Vilhena;<br>Maria Hele Rodrigues;<br>Navas Zamora   |
| 06 | Imagens da violência: um ensaio sobre as psicologias dos grupos violentos e suas perspectivas compreensivas   | Revista Incelências   | 2012       | Liércio Pinheiro de Araujo   |
| 07 | Jovens egressos do sistema prisional de Toledo/PR (1984 – 2009): vulnerabilidades e contradições na formulação de políticas públicas para juventude | Anais do 5º seminário nacional Estado e Política Social                           | 2011       | Emerson Cristofoli;<br>Rosana Katia Nazzari;<br>Franciele Souza  |
| 08 | Jovens e violência na cidade de Londrina - PR   | Revista da ANPEGE   | 2011       | Maria Siqueira de Carvalho   |
| 09 | Juventude e resiliência: experiência com jovens em situação de vulnerabilidade  | Revista Brasileira Crescimento Desenvolvi-mento Humano                            | 2011       | Karla Rampim Xavier;<br>Silmara Conchão;<br>Nivaldo Carneiro Júnio   |
| 10 | Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michael Foucault   | Psicologia Social e Pessoaalidade   | 2011       | Beatriz Akemi Takeiti  |
| 11 | Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre a juventude e violência no Brasil atual   | Revista Sociedade e Estado  | 2011       | Mauro Guilherme Pinheiro Koury   |
| 12 | Panorama da juventude negra no Brasil   | Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa Identidade na Escola Superior de Teologia | 2011       | Juliana de Souza   |
| 13 | Trajetórias do tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas   | Trivum  | 2011       | Silvia Ramos   |

|    |   |  |      |  |
|----|---|--|------|--|
| 14 | Violência e vulnerabilidade: os jovens e as notícias de jornal  | Fractal: Revista de Psicologia                             | 2011 | Carolina Salomão Corrêa;<br>Solange Jobim e Souza  |
| 15 | Violência no namoro para jovens moradores de Recife   | Psicologia e Sociedade                                     | 2011 | Fernanda Sardelich Nascimento;<br>Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro  |
| 16 | Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens                           | Interface Comunicação Saúde Educação                       | 2011 | Caren Routti;<br>Viviane Coutinho Massa;<br>Maria Fernanda Tourinho Peres  |
| 17 | Escola, juventude e violência: reflexões sobre o fenômeno do bullying   | I Colóquio Internacional Diálogos Juvenis                  | 2012 | Maria Alda de Souza  |
| 18 | Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições                                     | Estudos de Psicologia                                      | 2012 | Luiza Lima Braga;<br>Débora Dalbosco Dell'Aglío  |
| 19 | Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real   | Estudo de Psicologia                                       | 2012 | Candida de Souza;<br>Ilana Lemos de Paiva  |
| 20 | Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos  | Arquivos Brasileiros de Psicologia                         | 2012 | Andréa Cristina Coelho Scisleski;<br>Carolina dos Reis;<br>Oriana Hadler;<br>Mariana de Assis Brasil Weigert;<br>Neuza Maria de Fátima Guareschi |
| 21 | Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos  | Revista Dados  | 2012 | Alba Zaluar  |
| 22 | Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas   | Estudos e Pesquisas e, Psicologia                          | 2012 | Luana Isabelle Cabral Santos;<br>Andressa Maia de Oliveira;<br>Ilana Lemos de Paiva;<br>Oswaldo Hajime Yamamoto                                  |
| 23 | Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero                          | Ciência e Saúde Coletiva                                   | 2012 | Edinilsa Ramos de Souza;<br>Romeu Gomes;<br>Juliana Guimarães e Silva;<br>Bruna Soares Chaves Correia;<br>Marta Maria Alves da Silva             |
| 24 | Mortalidade de jovens por causas externas em São Carlos, SP, de 2000 a 2010: consequência da interiorização da violência? | BEPA – Boletim Epidemiológico Paulista                     | 2012 | Thaís Juliana Medeiros;<br>Ana Paula Serrata Malfitano   |
| 25 | Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência   | Paidéia  | 2012 | Ana Lúcia Galinkin;<br>Angela Maria de Oliveira Almeida;<br>Vânia Cristiane Cavalcante Anchieta  |
| 26 | Resistência: considerações sobre a trajetória política de jovens negros no século XXI                                     | Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América | 2012 | Juliano Gonçalves Pereira  |

|    |  |   |      |   |
|----|--|---|------|---|
| 27 | Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo                                    | Caderno Saúde Pública                         | 2012 | Lidiane da Costa Ores;<br>Luciana de Avila Quevedo;<br>Karen Jansen;<br>Adriana Bezerra de Carvalho;<br>Taiane Azevedo Cardoso;<br>Luciano Dias de Mattos Souza;<br>Ricardo Tavares Pinheiro;<br>Ricardo Azevedo da Silva |
| 28 | Sentimento anômico e condutas antissociais e delitivas: verificação de um modelo causal de jovens brasileiros                          | Liberabit                                     | 2012 | Nilton S. Formiga   |
| 29 | Um estudo sobre os fatores de risco e proteção associada à violência sexual cometida contra adolescentes e jovens adultos              | Estudos de Psicologia                         | 2012 | Simone dos Santos Paludo;<br>Eva Diniz Bensaja dui Schirò   |
| 30 | Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei                    | Estudo de Psicologia                          | 2012 | Jana Gonçamves Zappe;<br>Ana Cristina Garcia Dias   |
| 31 | A criminalização da juventude no discurso midiático da violência escolar em Belém – PA   | Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE | 2013 | Livia Sousa da Silva;<br>Laura Maria Silva Araujo Alves   |
| 32 | As relações familiares do adolescente ofensor sexual   | Psico - USF                                   | 2013 | Liana Fortunato Costa;<br>Eika Lôbo Junqueira;<br>Fernanda Figueiredo Falcomer Meneses;<br>Lucy Mary Cavalcanti Stroher   |
| 33 | Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana  | Psicologia e Sociedade                        | 2013 | Alexandre Franca Barreto;<br>Benedito Medrado;<br>Marion Teodósio de Quadros  |
| 34 | “Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes   | Psicologia e Saber Social                     | 2013 | Cleber Lizardo de Assis   |
| 35 | Imagens da violência juvenil na mídia impressa valadarense: um caso de saúde pública   | Revista Eletrônica Gestão e Saúde             | 2013 | Rita Cristina de Souza Santos;<br>Daiane Souza  |
| 36 | Intimidação da adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar  | Psicologia e Sociedade                        | 2013 | Alcione Melo Trindade do Nascimento;<br>Jaileila de Araujo Menezes  |
| 37 | Juventudes contra violência: mobilização social e trabalho em rede na construção de uma campanha colaborativa na Grande Belo Horizonte | IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã     | 2013 | Alexia Melo;<br>Áurea Carolina de Freitas e Silva;<br>Débora Amaral Mozelli;<br>Fabiana Santos;<br>Leonardo Fernandes;<br>Sâmia Bechelane;<br>Thaiane Alexandra Silva de Rezende  |
| 38 | Juventude, religião e criminalidade  | Revista Nunes                                 | 2013 | Vera Maria Passos Wanderley   |

|    |   |   |      |  |
|----|---|---|------|--|
| 39 | Políticas públicas sistêmicas para a redução da violência: a visão de futuro e a resiliência  | Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas para Educação             | 2013 | Alvaro Chrispino Dias;<br>Daniel Evangelho Gonçalves   |
| 40 | Reflexos do medo e da insegurança na realidade e no cotidiano da juventude brasileira   | Revista eletrônica da faculdade de Direito de Franca              | 2013 | Edson Benedito Rondon Filho;<br>Tatiana Sampaio de Sampaio de Souza  |
| 41 | Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio   | Psicologia: Teoria e Pesquisa                                     | 2013 | Daniella Fontoura Domingues;<br>Maria Auxiliadora Dessen   |
| 42 | Violência e desenvolvimento local: um estudos sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS | Interações  | 2013 | Aparecido Francisco dos Reis   |
| 43 | Violência e saúde mental: implicações para adolescentes   | Saúde Coletiva  | 2013 | Eliany Nazaré Oliveira;<br>Sara Cordeiro Eloia;<br>Francisca Bruna de Carvalho Costa;<br>Suzana Mara Cordeiro Eloia;<br>Fernando Sérgio Pereira de Souza;<br>Manuelle Maria Marques Matias |
| 44 | Adolescentes nas franjas dos territórios e as vivenciais: vozes e existências   | Revistas do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/ Marília | 2014 | Susy Cristina Rodrigues  |
| 45 | A violência que atinge adolescentes e jovens de uma região do Espírito Santo  | Psicologia Argumento  | 2014 | Edinete Maria Rosa;<br>Erly Euzébio dos Anjos;<br>Gutemberg Hespanha Brasil;<br>Karina de Andrade Fonseca;<br>Júlia Alves Brasil   |
| 46 | Formação política como forma de enfrentamento à violência na juventude  | Psicologia Política   | 2014 | Candida de Souza;<br>Ilana Lemos Paiva;<br>Isabel Fernandes de Oliveira  |
| 47 | Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projeto urbano em Natal/RN  | Temas em Psicologia   | 2014 | Arthemis Nuamma Nunes de Almeida;<br>Caroline Cristina de Arruda Campos;<br>Luana Isabelle Cabral dos Santos;<br>Ilana Lemos de Paiva  |
| 48 | Juventude, violência e ação coletiva  | Saúde Sociedade   | 2014 | Fátima Madalena de Campos Lico;<br>Maria Faria Westphal  |
| 49 | Medidas socioeducativas: uma análise sobre os marcadores sociais de jovens da Zona da Mata  | Revista Científica da FAMINAS                                     | 2014 | Jéssika de Carvalho Rocha;<br>Lara Brum de Calais  |
| 50 | Práticas intersetoriais no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: novas trajetórias de democratização ou de segurança?                 | Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade                 | 2014 | Carla Malinowski Neves;<br>Nair Iracema Silveira Santos;<br>Gislei Romanzini Lazzarotto  |



|    |   |   |      |   |
|----|---|---|------|---|
| 51 | Sobre errâncias, impressões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime                                     | Horizontes Antropológicos                   | 2014 | João Trajano Sento-Sé;<br>Maria Claudia Coelho  |
| 52 | Tráfico de drogas, briga de gangues e homicídios em série: a biografia de um jovem em conflito com a lei  | Projeto História                            | 2014 | Lia Machado Fiuza;<br>Charlton José dos Santos Machado;<br>José Albio Moreira de Sales  |
| 53 | Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar  | Psicologia e Sociedade                      | 2014 | Leila Maria Salles;<br>Joice M. A. De Paula e Silva;<br>Juan Carlos Castro;<br>Concepción Fernandes Villanueva  |
| 54 | Uso de crack entre jovens – Histórias para reconstruir os percursos de cuidado e cidadania  | Desidades                                   | 2014 | Edna Linhares Garcia;<br>Alíssia Gressler Dornelles;<br>Mauriceia Eloisa Moraes;<br>Bruna Rocha de Araujo;<br>Emanueli Paludo;<br>Giórgia Reis Saldanha             |
| 55 | Violência e inserção social do jovem de periferia urbana  | Revista Psicologia: Teoria e Prática        | 2014 | Leila Maria Ferreira Salles;<br>Joyce Mary Adam de Paula e Silva;<br>Débora Cristina Fonseca  |
| 56 | Violência letal em Maceió – AL: estudo descritivo sobre homicídios, 2007-2012   | Epidemiologia Serviço Saúde                 | 2014 | Waneska Alexandra Alves;<br>Divanise Suruagy Correia;<br>Lívia Lessa de Brito Barbosa;<br>Leonardo Moreira Lopes;<br>Márcio Ighor Azevedo Silva de Mendonça Melânia |
| 57 | Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública   | Fractal, Revista Psicologia                 | 2014 | Joyce Hilario Maranhão;<br>Veriana de Fátima Rodrigues Colaço   |
| 58 | Violências “sutis”: jovens e grupos de pares na escola  | Fractal, Revista Psicologia                 | 2014 | Suzana Santos Libardi;<br>Lúcia Rabello de Castro   |
| 59 | A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008) | Saúde Sociedade                             | 2015 | Beatriz Akemi Tokeiti;<br>Maria Cristina Gonçalves Vicentin   |
| 60 | Face da morte: a lei em conflito com o adolescente  | Psicologia e Sociedade                      | 2015 | Luciene Jimenez;<br>Flávio Américo Frassetto  |
| 61 | Homicídios, álcool e drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2000 - 2009  | Epidemiologia Serviço Saúde                 | 2015 | Eliane de Freitas Drumond;<br>Hercília Najara Ferreira de Souza;<br>Talline Arêdes Hang-Costa   |
| 62 | Juventude em situação de vulnerabilidade social: associações em a criminalidade e a periculosidade  | Londrina - PR                               | 2015 | Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo  |
| 63 | Mortalidade de jovens brasileiros: perfil e tendências no período 2000 - 2012   | Epidemiologia Serviço Saúde                 | 2015 | Alice Cristina Medeiros das Neves;<br>Leila Posenato Garcia   |
| 64 | Preconceito e discriminação para além das salas de aula: sociabilidade e cultura juvenil no ambiente escolar  | Revista do Instituto de Estudos Brasileiros | 2015 | Wilma de Nazaré Boúa Coelho;  |

|    |  |  |      |   |
|----|--|--|------|---|
| 65 | Proposta de redução da maioria penal: a juventude brasileira no fio da navalha?                                | Psicologia: Ciência e Profissão                  | 2015 | Mariana Barreto Vavassori; Maria Juracy Figueiras Toneli                            |
| 66 | Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: subsídios para repensar políticas educacionais    | Ensaio: avaliação de políticas públicas educação | 2015 | Patrícia Leme de Oliveira Borba; Roseli Esquerdo Lopes; Ana Paula Serrata Malfitano |
| 67 | Uma análise sócio-espacial da mortalidade por agressão na cidade de Belém - PA                                 | XI Encontro Nacional da ANPEGE                   | 2015 | Tiago Barreto de Andrade Costa; Raul Borges Guimarães                               |
| 68 | Violências e juventude em um território da Área Metropolitana de Brasília, Brasil: uma abordagem socioespacial | Ciência e Saúde Coletiva                         | 2015 | Leides Barroso Azevedo Moura; César de Oliveira; Ana Maria Nogales Vasconcelos      |
| 69 | Violências e juventudes: processos de subjetivação no contexto escolar   | Boletim de Psicologia                            | 2015 | Cláudia Braga de Andrade  |
| 70 | Violências sob o olhar de jovens, na perspectiva da corporeidade e vulnerabilidade                             | Texto Contexto Enfermagem                        | 2015 | Elisangela Argenta Zanatta; Maria da Graça Corso da Costa                           |

FONTE: Quadro elaborado pela autora com base nos artigos analisados.

Finalizada a primeira seleção dos artigos, e com base nos eixos de abordagem utilizados nos mesmos pelos autores foram criadas categorias iniciais de análise que foram fundamentais para estruturação desse trabalho. O quadro a seguir ilustra o processo de construção das categorias de análise, ele mostra as categorias que foram verificadas a princípio, as unidades de sentido que motivaram a produção dos artigos, e em sequência mostra como se definiram as categorias iniciais e finais de análise, culminando nas três categorias que conduziram a escrita dos três últimos capítulos do trabalho. Como dito anteriormente o primeiro capítulo tem caráter introdutório, trazendo informações sobre a juventude que estão para além dos artigos utilizados na pesquisa.

O tema central da discussão é juventude e violência, no entanto, será brevemente discutida a questão da aparição do jovem na mídia e a questão das políticas públicas voltadas para juventude, uma vez que esses foram assuntos muito recorrentes nos artigos, aparecendo de forma explícita ou pulverizada nas publicações.

**Quadro 2. Elaboração das categorias iniciais e finais de análise**

| <b>Categorias a priori</b>      | <b>Unidades de sentido</b>   | <b>Categorias iniciais</b>                         | <b>Categorias finais</b>  |
|---------------------------------|--|--|---|
| <b>Juventude</b>                | Juventude e políticas públicas; representações sociais; trajetória política dos jovens; adolescentes e jovens em conflito com a lei; jovens egressos do sistema prisional; criminalização da juventude | Adolescentes e jovens; criminalização da juventude | <b>Fatores de risco e vulnerabilidade social, expressões da questão social;</b> |
|                                 | Fatores de risco; marginalização; drogadição; tráfico de drogas; vulnerabilidade e violência; medos urbanos; suicídio;   | Vulnerabilidades sociais da juventude              |   |
| <b>Vulnerabilidades sociais</b> | Exposição a violência; violência escolar; violência urbana; violência doméstica; violência de gênero; violência afetiva; violência sexual; homofobia; racismo  | Violência sofrida e produzida por jovens           | <b>Violência sofrida e produzida por jovens;</b>                                |
|                                 | Homicídio de jovens; homicídio de jovens negros; mortalidade; morbimortalidade   | Índices de violência entre os jovens               |   |
| <b>Violência</b>                | A juventude na ótica de policiais; aparição do jovem na mídia; os jovens e as notícias de jornal; imagens da violência; políticas públicas para juventude  | Visibilidade, participação e políticas públicas    | <b>O jovem na mídias e as políticas públicas;</b>                               |

FONTE: Quadro elaborado pela autora com base nos artigos analisados utilizando o modelo extraído de FREITAS (2016).

### 1.3 Análise dos dados

Muitos dos artigos encontrados possuíam conteúdos semelhantes, cuja discussão era feita sob o mesmo ponto de vista e utilizando os mesmos autores já consagrados. Além disso, o conteúdo de alguns artigos, apesar de tratarem sobre a juventude e violência eram muito distintos dos demais, dificultando o diálogo entre os autores, na medida em que o diálogo só é possível se duas ou mais publicações discutirem minimamente a mesma questão. Um exemplo disso é a questão da violência no namoro, abordada por somente um artigo. Como somente uma publicação tratou sobre o assunto, ainda que falasse sobre a juventude e um tipo específico de violência, este não foi utilizado como fonte bibliográfica para a escrita

dos capítulos. Uma outra questão encontrada se refere aos artigos que tinham como objetivo descrever situações ou atividades bem específicas, dificultando, também, o diálogo com outras publicações. Por esses motivos não foram citados no corpo do texto todos os artigos pesquisados, e sim somente os realmente utilizados, na tentativa de facilitar a leitura e compreensão da temática.

Também na tentativa de facilitar a intelecção dos apreciadores foram criados quadros com a descrição dos artigos utilizados e citados em cada um dos três últimos capítulos. Esses quadros se encontram no início de cada capítulo.

## **2. JUVENTUDE: UMA CATEGORIA SOCIOLÓGICA E POLÍTICA**

O presente capítulo tem o objetivo de fazer uma breve contextualização do perfil do jovem brasileiro considerando as dificuldades de se traçar tal perfil, tendo em vista a enorme diversidade e desigualdade inerente a dinâmica social. Busca, ainda, compreender a juventude enquanto categoria sociológica e política capaz de participar ativamente das discussões e proposições sociais por meio do protagonismo juvenil. Ao final do capítulo serão exemplificadas algumas conquistas recentes da juventude brasileira na luta por direitos.

### **2.1 Contextualização da juventude brasileira**

A juventude é uma categoria que tem cada vez mais ganhado espaço nas discussões políticas, nos debates cotidianos e midiáticos. O tema juventude tem sido visto e falado de muitas formas. Esta seção não se propõe a resgatar historicamente a construção conceitual da categoria juventude, mas a discutir as fronteiras que delineiam esse segmento social em toda sua problemática e vulnerabilidade, bem como a sua relação com outra categoria social moderna, a adolescência.

A definição de juventude pode ser desenvolvida a partir de diversos pontos, tais como a faixa etária, o período da vida, o contingente populacional, a categoria social, a geração, dentre outros parâmetros. O termo juventude é uma construção social e diferentes autores e diversos organismos internacionais a veem e a classificam de acordo com parâmetros distintos, realçando um ou outro aspecto da vivência do jovem.

Nos meios de comunicação de massa, da televisão à mídia impressa e passando por meios alternativos como a internet, a juventude, em vias gerais, é abordada de duas formas (ABRAMO, 1997), em uma delas os conteúdos são voltados especificamente para o consumo dos jovens, por meio de propagandas que incentivam o compra e consumo de produtos culturais e de estilo de vida. São ações da mídia que utilizam a linguagem jovem para atrair uma determinada faixa da população para um estilo de vida estritamente voltado para o capitalismo, para o consumo. Nesta visão os jovens são vistos somente como consumidores em potencial (CARDOSO; SAMPAIO, 1995).

Uma outra faceta da aparição do jovem na mídia não se utiliza de uma

linguagem descontraída, mas sim policial e sensacionalista, e está muito voltada para os assuntos tangentes a violência, drogadicção e rebeldia da população “não adulta”. É a aparição violenta daqueles que não cabem, não tiveram oportunidade ou não se adequaram ao modelo de jovem consumista e otimista que foi idealizado e socialmente propagado (ABRAMO, 1997).

E então, quem é o jovem brasileiro? Como é visto o jovem no Brasil? O que é fazer parte da juventude? Quais as diferenças entre adolescentes e jovens? É possível traçar um único perfil para toda a juventude brasileira?

Para responder tais questionamentos é preciso antes uma breve contextualização da temática. Nos últimos anos os jovens no Brasil tem virado cada vez mais notícia de jornais, principalmente no que diz respeito a violência e homicídio de jovens negros, moradores de periferia. Segundo pesquisa do Ibase e Pólis (2006) a taxa de mortalidade por homicídios de jovens de 15 a 24 anos no Brasil é a terceira maior do mundo, atrás apenas da Colômbia e de Porto Rico.

Essa problemática, porém, não é uma característica particular da sociedade em questão, ela tem se expressado em diversos países do globo. Mundialmente a juventude tem sido comumente relacionada ao vagabundismo, vandalismo, uso e abuso de drogas e a grupos de risco na transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente HIV/AIDS.

Vários fatores têm contribuído para a emergência de se discutir o tema da juventude na sociedade atual, principalmente brasileira. Seu peso numérico na população mundial, especialmente da juventude empobrecida, gera preocupação de organismos multilaterais e dos governos. De acordo com o Relatório Mundial sobre a Juventude lançado pela ONU em 2005, cerca de 50% da população mundial é formada por jovens, o que totaliza 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo. Dessa população cerca de 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1 por dia e 88 milhões não tem empregos.

Os números são assustadores e revelam a necessidade de discutir a questão do jovem e da juventude enquanto um segmento da sociedade que possui demandas e especificidades únicas. Esse segmento da população está na fase de transição entre a infância e a emancipação da vida adulta (RIBEIRO; NOVAES; VANNUCHI, 2004), e por não se enquadrar nem em um nem em outro grupo social se veem deslocados nas acomodações das políticas públicas existentes.

Há muito se vem discutindo a juventude e o jovem não somente enquanto

faixa etária, mas enquanto protagonista, sujeito de direito e participante da vida política da sociedade. “A juventude não se trata de um conceito que está dado, mas sim de vários conceitos, que são fruto de uma histórica representação específica dessa população” (DE SOUZA; DE PAIVA, 2012).

A discussão dos jovens enquanto categoria sociológica e política tomou força a partir das discussões sobre a infância e adolescência nos séculos passados. Para Oscar León (2005) a partir do momento que concebemos as categorias de adolescência e juventude como uma construção sócio-histórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas, vê-se que

por sua vez, infância e fase adulta também são resultados de construções e significações sociais em contextos históricos e sociedades determinadas, em um processo de permanentes mudanças e ressignificações (LEÓN, 2005. p. 10).

Uma das mais arraigadas imagens associadas ao jovens é a condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. É bem verdade que a juventude é um momento de transição e construção, mas vê-la simplesmente por esse aspecto extrai de sua existência as questões e nuances que são inerentes a ela. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, como aquele que ainda não chegou a ser, um eterno por vir.

Segundo Dayrell (2003) essa imagem convive com outra, que é a da juventude vista como um momento de crise na vida, como uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e a personalidade. Associada a essa ideia, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento familiar, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora.

A juventude é, ao mesmo tempo, então, uma condição social e um tipo de representação (DAYRELL, 2003), as imagens sociais não se constroem sozinhas. A imagem do jovem, essa aparição enquanto categoria social é uma construção tanto do próprio jovem quanto da sociedade como um todo, na medida em que o contexto social, cultural e histórico determina a forma de relação, o papel funcional e a percepção de cada indivíduo na sociedade.

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, no qual se dá o seu desenvolvimento físico e as mudanças psicológicas, é bem verdade que isso varia de acordo com cada sociedade, e tempo histórico, e à sua maneira cada grupo social vai lidar com esse momento a sua

forma de representação (DAYRELL, 2003).

Peralva (1997) ressalta que é sabido que as idades da vida, embora alicerçadas no desenvolvimento biológico e psíquico dos indivíduos, não são um fenômeno puramente natural, mas sim construído social e historicamente. Esse é um processo lento que se deu com o advento da modernidade. A autora chama atenção para o trabalho realizado por Philippe Ariès, um importante historiador e medievalista francês, que constituiu provavelmente o marco mais importante dessa tomada de consciência quanto as idades, papéis funcionais e momentos de vida na sociedade moderna. Apesar de sua visão inédita sobre a infância e juventude Ariès, de acordo com Peralva (1997) afirma que a especificidade da juventude foi reconhecida em outros tempos e em outras sociedades, anteriores à era medieval e moderna.

As noções de idade e participação funcional na sociedade surgem a partir do advento do Capitalismo, em especial na sua fase puramente industrial, uma vez que o trabalho assalariado demanda uma especificação, uma escolarização, mínima e igualitária, separando assim as pessoas que irão receber esses ensinamentos daquelas que já estão inseridas no processo produtivo. É a partir desse momento, de consolidação do capitalismo industrial e formação dos Estados Nacionais, que o Estado toma para si, de forma voluntária e sistemática, as múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas a educação. No século XIX a escola se torna uma instituição definitivamente obrigatória e universal, escapando à iniciativa aleatória e intermitente da sociedade civil (PERALVA, 1997), e a escola é um ambiente criado especialmente para o segmento não adulto da população, aqueles que ainda estão em formação, ou seja, crianças e jovens. Segundo a autora, nesse sentido, a definição da infância e da juventude enquanto fases particulares da vida tornam-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa e funcional.

Para Silva e Lopes (2010) a adolescência, tal como é compreendida atualmente, diz respeito às investigações científicas da passagem do século XIX para o século XX, e diz respeito a um modelo específico de separação entre juventude e idade adulta.

Já para a OMS, a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, no qual se aceleram os processos de desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange indivíduos com idades de 10 a 19 anos, divididos nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência



propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude, segundo a mesma Organização (OMS/OPS, 1985), possui componentes mais sociais, a juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo intenso de preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no que diz respeito ao plano profissional quanto familiar, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.

Segundo parâmetros da ONU é considerada jovem a pessoa que possui de 15 a 24 anos de idade. Já a UNESCO postula que a juventude é delimitada entre 16 a 25 anos incompletos. A idade nas discussões de juventude é uma questão ampla e pode ser considerada em uma faixa maior ou menor dependendo do parâmetro que se usa. Segundo o Estatuto Brasileiro da Juventude, por exemplo, é considerada jovem a pessoa que possui de 15 a 29 anos de idade. Não existe uma concepção social única que caracterize ou delimite o grupo geracional no qual os jovens estão inseridos, pois a juventude é uma categoria em permanente construção social e histórica. Assim, não cabe falar somente em jovens, mas sim em diferentes juventudes que estão na busca da construção de suas próprias identidades, destacando-se no imaginário social a partir de múltiplas referências da sociedade (DE SOUZA; DE PAIVA, 2012).

De acordo com Aquino (2009), a ampliação da faixa etária jovem para 29 anos não é uma peculiaridade brasileira, indica que é algo que vem ocorrendo na maioria dos países que pretendem implementar políticas para a juventude. Essa atitude é justificada por dois motivos: maior dificuldade de essa população ganhar autonomia – devido às aceleradas mudanças no mundo do trabalho – e aumento da expectativa de vida da população em geral.

Segundo censo do IBGE (2010), 35,8% da população brasileira tem entre 15 e 29 anos. Ou seja, mais de  $\frac{1}{4}$  da população do país é composta por jovens, o que não necessariamente quer dizer que esse segmento possui a mesma expressividade nas discussões e decisões sociais no que diz respeito a políticas propositivas para juventude.

Para Cardoso e Sampaio (1995) a juventude só pode ser entendida em sua especificidade, tem termos de segmentos sociais mais amplos, e não somente com base na questão geracional. Ou seja, os jovens se vinculam e se expressam pelo lugar que ocupam na sociedade, e não somente pela faixa etária a que pertencem. Por isso, para as autoras, não se pode falar de juventude no abstrato, pois os jovens

constituem um segmento político real da sociedade.

Deve-se conceituar a juventude no seu conjunto de fatores e pelas múltiplas identidades que recortam essa categoria (COSTA, 2000). Pode-se considerar, em termos mais amplos, que o conceito de juventude compreende um momento do ciclo de vida e, simultaneamente, condições sociais e culturais específicas de inserção dos sujeitos na sociedade.

A construção do conceito de juventude enquanto categoria política é também a construção da juventude enquanto um problema social, algo que precisa ser discutido e resolvido. Abramo evidencia isso no trecho citado:

Toda vez que se relaciona a questão da juventude à da cidadania, seja pelos atores políticos seja pelas instituições que formulam ações para jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionando esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo por que, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos (ABRAMO, 1997, p. 28).

Nesse sentido, para a autora, o ponto central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados, e a questão da participação dos jovens aparece pela constatação de sua ausência.

Boghossian e Minayo (2009) chama atenção para o fato de que o jovem e juventude têm sido categorias sociais recorrentemente estudadas e periodicamente redefinidas. Evidenciam que embora a juventude seja designada para fins estatísticos e demográficos, com o objetivo final de elaboração de políticas públicas específicas, sua definição tem ocorrido por parâmetros variados, estreitamente relacionados à significação social que assume em cada contexto e tempo histórico.

Fica claro que a juventude, essa categoria social e política, construída historicamente, não pode ser tomada somente como uma faixa de idade ou um momento de transição. Por esse motivo será considerada, na presente monografia, jovem aquela pessoa que se encontra entre 14 e 29 anos de idade, e não somente aqueles que possuem de 15 a 29 anos como descrito no Estatuto da Juventude. Essa faixa temporal engloba aqueles que, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, já saíram da fase infantil e se encontram na adolescência, os que possuem 14 anos. Quanto a essa ampliação na faixa etária para análise a sustentação está na frase de Helena Abramo

A juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade [...] Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social (ABRAMO, 1997, p.29).

Neste trabalho serão considerados os jovens a partir de 14 anos idade para que sejam incluídos os artigos encontrados na pesquisa que se destinaram a relatar e problematizar a experiência dos adolescentes em conflito com a lei juntamente àqueles que participam no SINASE, por entender que a sociedade só tem focalizado esses adolescentes e jovens por representarem uma ameaça a organização social atual. O tema adolescente em conflito com a lei sinaliza uma problemática que diz respeito muito mais a juventude, do que a infância, uma vez que os adolescentes egressos no sistema socioeducativo poderão fazer parte dele até os 21 anos, a depender da gravidade dos atos infracionais cometidos. Foi tomada essa decisão por compreender que a partir dos 14 anos as pessoas já possuem uma certa responsabilidade por seus atos, formando a partir disso a construção de sua própria identidade, que é também social, cultural, conjuntural e histórica. Cabe ainda ressaltar que, em vias gerais, a partir dessa idade os jovens começam a se engajar nos movimentos estudantis, grêmios escolares e demais organizações da sociedade civil, ampliando sua consciência política e seu engajamento. E como diria Abramo (1997), contestando a continuidade social imposta.

A história da sociedade brasileira é permeada por situações que de uma forma ou de outra apresentam aspectos da questão social, e isso constitui um elo básico da problemática nacional. Esses traços refletem as disparidades econômicas, políticas e culturais construídas historicamente no Brasil (IANNI, 1992). Estudar a juventude implica examinar como as diferenças e desigualdades se articulam numa trama social dinâmica e impermanente, e como afetam de diferentes modos, os anseios e dilemas vividos na experiência dos jovens.

Ser jovem pode apresentar sentidos e significados altamente diversos no cenário brasileiro atual, de modo que é mais conveniente falar em “juventudes”, no plural, do que de uma juventude única.

A juventude brasileira é muito vasta e diversa, muito marcada por desigualdades (BRASIL, 2014) e por toda sua complexidade não pode ser facilmente traduzida ou simplesmente reduzida a estatísticas, apesar de elas ilustrarem numérica e qualitativamente a diversidade da população e

consequentemente a dificuldade em equalizar esse segmento da sociedade. São inúmeras as diferenças e desigualdades que os jovens brasileiros enfrentam, mas nem todas essas diferenças, manifestam-se do mesmo modo na conformação social. Algumas diferenças pesam mais que outras na estruturação de distintos tipos de desigualdades. A questão de sexo e gênero, por exemplo, pesa significativamente na conformação da família, e na atividade profissional. A escolarização é também um fator importante de desigualdade, cerca de 50% dos jovens brasileiros não conseguem concluir o ensino médio (IBASE, 2010). Para além das questões de gênero e escolaridade ainda existem outras desigualdades que marcam essa população, tais como as regiões geográficas que ocupam, se essa população reside em contexto urbano ou rural, sem falar nas questões de cor, raça e etnia, níveis de renda e a orientação sexual.

Para compreender a juventude é preciso antes entender que ela possui em si muita diversidade, a começar pelas faixas etárias que a compõe. Apesar de a delimitação do grupo populacional jovem sofrer variações segundo contextos particulares, convencionou-se o estabelecimento de ciclos de idade, definidos a partir de fatores relacionados à aquisição da autonomia, inserção no mercado de trabalho, expectativa de vida da população, dentre outros fatores (AQUINO, 2009).

A SNJ e o CONJUVE, órgãos que representam o marco oficial do surgimento de uma preocupação estatal com a juventude brasileira e que serão melhor explicados no último capítulo, dividem os jovens nos seguintes subgrupos: 15 a 17 anos – jovem-adolescente; 18 a 24 anos – jovem-jovem; 24 a 29 anos – jovem-adulto.

Segundo pesquisa por amostragem da SNJ (BRASIL, 2014) 20% dos jovens brasileiros estão com idade entre 15 a 17 anos, 47% estão na faixa etária de 18 a 24 anos e 33% tem entre 25 a 29 anos. Dessa população 45% se autointitula parda, 34% branca, 15% negra, 2% indígena, 2% amarela e 1% outras. Tão diversa quanto a população geral brasileira é a sua população jovem.

Em relação a escolaridade, 16% dos jovens não chegaram a completar o Ensino Fundamental, 11% só possuem o Fundamental, 21% ainda não concluíram o Ensino Médio, 35% possuem o Ensino Médio completo e apenas 13% estão inseridos no Ensino Superior, seja na graduação ou pós-graduação completa e incompleta (BRASIL, 2014).

Helena Abramo (1997) chama atenção para o fato de que no Brasil nunca

existiu a tradição de políticas públicas destinadas para o jovem, somente no que diz respeito a educação formal. E pelos números apresentados é possível ver que ainda há muita defasagem em relação ao ensino formal e capacitação dessa população.

A escolaridade reflete diretamente na inserção do jovem no mercado de trabalho, e além da inserção no mercado diz respeito também a qualidade do trabalho ofertado e sua remuneração. Segundo mesma pesquisa (BRASIL, 2014) 53% dos jovens fazem algum tipo de trabalho remunerado enquanto 47% não estão vinculados a nenhum tipo direto de produção de renda.

Em relação aos níveis e estratos socioeconômicos sobre a renda domiciliar per capita dos jovens pesquisados pela SNJ (BRASIL, 2014) somente 2% dos jovens estão no estrato alto em relação a produção de renda se levado em consideração o contexto infrafamiliar, enquanto 17% encontram-se no estrato extremamente pobre, 9% na categoria pobre e 16% na categoria vulnerável. O processo de marginalização, tanto social quanto econômico e cultural promove uma cruel violação de direitos e conseqüentemente gera violências.

Abramo, Venturi e Branco (2005) chamam atenção para o fato de que é preciso ver a juventude com olhos sensíveis, dando ênfase às possibilidades e condições de participação dos jovens na sociedade, a partir dos seus valores, opiniões e atuação social. É preciso entendê-la como um fator demográfico, em que se consideram os fatores de inclusão e exclusão nas diversas formas de participação na sociedade, além de compreender o jovem como um sujeito de direitos, em que se procure analisar, a partir das peculiaridades da condição juvenil, os direitos emergentes, que devem ser garantidos pelo Estado e pela sociedade.

## **2.2 Protagonismo, uma forma de participação**

Optou-se por falar brevemente do protagonismo juvenil neste capítulo, ainda que o tema não se vincule, à primeira vista, tão explicitamente à violência por entender que essa forma de participação dos jovens tem trazido resultados expressivos no que diz respeito à visibilidade da juventude, empoderamento por parte dos jovens das questões que lhes são próprias e movimentação por parte do Estado na tentativa de adequação das demandas expostas pela população. As expressões da violência nada mais são do que expressões da própria questão social, e o protagonismo foi o jeito encontrado pelos jovens de se colocarem frente a

essas questões na luta por seus direitos.

O protagonismo juvenil remete a um conceito que vem sendo veiculado como palavra de ordem no discurso pautado pela participação social. É o exercício feito pelos jovens de se posicionarem frente às questões sociais, sendo protagonistas na solução de desafios reais da sociedade. Na década de 1990, esse termo começou a ser explicitado em documentos oficiais e sua apropriação foi ampliada para os mais variados espaços. A noção de protagonismo juvenil, bastante utilizada no Brasil, surge num contexto de renovação da ideia de participação.

Segundo Diaz (1994)

a participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos. O entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece (DIAZ, 1994, p.12).

A participação social não é somente um instrumento para solução dos problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano em todas as idades (DIAZ, 1994). Tocando mais profundamente no protagonismo, segundo De Souza (2015, p.19) esse é “um mecanismo de ajustamento e integração do indivíduo, transformando-o no responsável pela manutenção da vida e pela sua inserção numa sociedade que não lhe oferece segurança e garantias”.

Em sua concepção, o protagonismo pressupõe a criação de espaços e mecanismos de escuta e participação dos jovens em situações reais, seja na escola, na comunidade ou na vida social, tendo em vista tanto a transformação da sociedade como a formação integral do indivíduo.

Assim como o conceito de juventude os conceitos de protagonismo e participação social estão inseridos no contexto histórico da modernidade, do capitalismo e dos Estados Democráticos. Ao falar de protagonismo está se falando de cidadania.

Na era moderna a cidadania e a democracia se articulam de forma profunda (COUTINHO, 2005), em um processo não linear, mas sim contraditório e fragmentado, marcado pela influência de diversos fatores, vindos tanto do Estado quanto da sociedade civil (DAGNINO, 2002).

O que melhor pode expressar o significado existencial da democracia é o conceito de cidadania. Cidadania compreendida enquanto a capacidade conquistada por todas as pessoas, por todos os indivíduos, de apropriar-se dos bens socialmente produzidos. De acordo com Coutinho (1992) se pararmos para observar a história da

humanidade na era moderna chegaremos a fatalista conclusão de que ela nada mais expressa além da luta de classes, luta essa que é travada na busca de ampliação dos direitos em todas as suas dimensões.

Democracia, em sua definição mais sumária, é sinônimo de soberania popular, ou seja, expressa-se na presença efetiva de condições sociais e institucionais que possibilitam a participação real dos cidadãos na formação do governo e no controle da vida social. Já a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos – ou todos, no caso da democracia – de se apropriarem da riqueza socialmente produzida, nesse sentido a cidadania, e também a democracia, são o resultado de uma luta permanente pela efetivação e ampliação dos direitos em todas as suas esferas (COUTINHO, 2005).

É possível ser jovem de muitas formas, e todas elas estão englobadas no conceito geral e político de juventude (CARDOSO; SAMPAIO, 1995). O jovem está organizado nas mais diferentes formações e grupos e o termo Protagonismo Juvenil tem se tornado uma referência atual no sentido de catalizar os princípios, preocupações e investimentos de diferentes atores sociais (BOGHOSSIAN e MINAYO, 2009). O protagonismo pode ser definido como uma ação, uma prática para a transformação ou para a adaptação do sujeito no mundo.

A participação social é um processo coletivo e transformador, na medida em que modifica todos os atores envolvidos, tanto no que diz respeito à sociedade civil quanto ao Estado.

Para além da discussão é preciso ainda garantir espaços de representatividade para os jovens, garantindo seu protagonismo na formulação e execução de políticas públicas voltadas para juventude.

### **2.3 Algumas conquistas da juventude**

Somente com a atenção voltada para a infância e adolescência no processo de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi aprovado em 1990 é que o termo juventude começou a sair dos discursos e ganhou espaço no debate político. O ECA fala somente sobre a infância e adolescência, e não toca na questão da juventude, porque naquele momento a juventude enquanto perspectiva e conceito ainda não existia no Brasil.

Para Silva e Lopes (2010, p. 88)

O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece.

Dessa forma, a juventude ganhou espaço na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção ativa no conjunto das relações sociais e históricas. Amplia-se cada vez mais a noção de que a legitimação das políticas e dos espaços de garantia de direitos dependem da adesão dos jovens de diferentes segmentos sociais e da qualidade de sua participação.

Em 2004, foi aprovado o Projeto de Lei 4530/2004, o Plano Nacional da Juventude, que cria um conjunto de políticas públicas e medidas que beneficiam os jovens com idades entre 15 a 29 anos. O Plano foi elaborado pela Comissão Especial da Juventude, que por meio de audiências públicas levantou as demandas e necessidades dos jovens e das organizações que militam com a juventude.

A participação juvenil afirma-se como um referencial de análise para as políticas públicas da juventude e a atuação dos jovens brasileiros na política é fruto de uma luta antiga que vem se consolidando principalmente nos últimos anos, em específico a partir de 2005 com a implementação do PNJ.

Há hoje duas institucionalidades, no âmbito federal, responsáveis por pensar, formular e coordenar a implementação de políticas públicas voltadas para os jovens. Em 2005, começou a funcionar a SNJ, e o CONJUVE. A secretaria tem como responsabilidade integrar programas e ações do governo federal, sendo referência na formulação de políticas e ações governamentais. Já o CONJUVE atua como interlocutor entre o governo e a sociedade civil no debate de políticas públicas para a juventude. Sua missão, entre outras atribuições, é acompanhar e avaliar as ações governamentais dirigidas aos jovens e assessorar a SNJ na formulação de diretrizes. O Conselho é formado por 60 membros, sendo 40 representantes de diversos setores da sociedade e 20 de ministérios, secretarias especiais que têm programas para juventude, órgãos públicos e entidades municipais.

Para além da Secretaria e do Conselho é importante, ainda, citar a participação dos jovens e sua mobilização em torno das Conferências Nacionais de Juventude. Já acontecerem três edições da Conferência, a primeira em 2008, a segunda em 2011 e a última em 2015. Por meio das Conferências jovens de todo o país se articulam e discutem temas transversais à juventude, tais como educação e formação profissional, participação política, produção cultural, preservação do meio



ambiente, acesso as novas tecnologias, uso de drogas, sexualidade, criminalidade, violência dentre outros.

Depois de quase dez anos de embates e articulações por reconhecimento, visibilidade e ações específicas voltas aos jovens o Congresso Nacional aprovou em 05 de agosto de 2013 a Lei nº12.852 que institui o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, e também sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude bem como do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

A aprovação dessa Lei foi um grande avanço para a luta dessa população e marcou um compromisso legal do Estado brasileiro em se envolver com os jovens. O Estatuto é um documento que assegura os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, voltados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade. É um instrumento importante também porque faz com que novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade sejam assegurados pela legislação.

O Estado brasileiro reconhece o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população. São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e o acesso à justiça (BRASIL, s. d.)

Olhando no sentido amplo da democracia brasileira o Estatuto da Juventude completa o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil, iniciadas com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, em 1990, e o Estatuto do Idoso, em 2003 (BRASIL, s. d.).

### 3. A CONSTRUÇÃO DE UMA JUVENTUDE VULNERÁVEL

O presente capítulo tratará das relações estabelecidas entre os fatores de risco social, vulnerabilidades, determinantes raciais e de gênero que contribuem para a construção da imagem do jovem associado à violência. A análise foi realizada a partir dos artigos encontrados na pesquisa e versa sobre as condições estruturais de enquadramento dos jovens negros e pobres em situações de extrema violação dos direitos favorecendo atos de produção e reprodução da violência. Antes de entrar na contextualização em questão segue um quadro ilustrativo contendo a compilação dos artigos utilizados para produção deste capítulo. Ele relaciona o nome dos autores, o ano de publicação e o título do artigo para facilitar a leitura dos apreciadores.

**Quadro 3. Relação de artigos utilizados no capítulo 3**

|    | <b>Autor(es)</b>  | <b>Ano</b> | <b>Título</b>   |
|----|---|------------|---|
| 1  | ALMEIDA, Arthemis Nuamma Nunes de;<br>CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda;<br>SANTOS, Luana Isabelle Cabral dos;<br>PAIVA, Ilana Lemos de | 2014       | Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projeto urbano em Natal/RN  |
| 2  | BARRETO, Alexandre Franca;<br>MEDRADO, Benedito;<br>QUADROS, Marion Teodósio de   | 2013       | Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana   |
| 3  | COSTA, Tiago Barreto de Andrade;<br>GUIMARÃES, Raul Borges  | 2015       | Uma análise sócio-espacial da mortalidade por agressão na cidade de Belém - PA  |
| 4  | FILHO, Edson Benedito Rondon;<br>SOUZA, Tatiana Sampaio de Sampaio de   | 2013       | Reflexos do medo e da insegurança na realidade e no cotidiano da juventude brasileira                                     |
| 5  | MEDEIROS, Thaís Juliana;<br>MALFITANO, Ana Paula Serrata  | 2012       | Mortalidade de jovens por causas externas em São Carlos, SP, de 2000 a 2010: consequência da interiorização da violência? |
| 6  | MOURA, Leides Barroso Azevedo;<br>OLIVEIRA, César de;<br>VASCONCELOS, Ana Maria Nogales   | 2015       | Violências e juventude em um território da Área Metropolitana de Brasília, Brasil: uma abordagem socioespacial            |
| 7  | NEVES, Alice Cristina Medeiros das;<br>GARCIA, Leila Posenato   | 2015       | Mortalidade de jovens brasileiros: perfil e tendências no período 2000 - 2012   |
| 8  | PEREIRA, Juliano Gonçalves  | 2012       | Resistência: considerações sobre a trajetória política de jovens negros no século XXI                                     |
| 9  | ROCHA, Jéssika de Carvalho;<br>CALAIS, Lara Brum de   | 2014       | Medidas socioeducativas: uma análise sobre os marcadores sociais de jovens da Zona da Mata                                |
| 10 | ROUTTI, Caren;<br>MASSA, Viviane Coutinho;<br>PERES, Maria Fernanda Tourinho  | 2011       | Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens                           |
| 11 | SALLES, Leila Maria Ferreira;<br>SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e;<br>FONSECA, Débora Cristina   | 2014       | Violência e inserção social do jovem de periferia urbana  |

|    |   |      |  |
|----|---|------|--|
| 12 | SCISLESKI, Andréa Cristina Coelho;<br>REIS, Carolina dos;<br>HADLER, Oriana;<br>WEIGERT, Mariana de Assis Brasil;<br>GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima | 2012 | Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos                         |
| 13 | SOUZA, Juliana de   | 2011 | Panorama da juventude negra no Brasil  |
| 14 | SOUZA, Edinilsa Ramos de;<br>GOMES, Romeu;<br>SILVA, Juliana Guimarães e;<br>CORREIA, Bruna Soares Chaves;<br>SILVA, Marta Maria Alves da             | 2012 | Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão das diferenças de gênero |
| 15 | DE SOUZA, Candida;<br>DE PAIVA, Ilana Lemos   | 2012 | Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real  |
| 16 | TAKEITI, Beatriz Akemi  | 2011 | Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michael Foucault    |

FONTE: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

### 3.1 Violência, juventude, vulnerabilidades e a questão social

Ao falar de violência é quase inevitável não tocar na questão da vulnerabilidade, principalmente no que diz respeito a violência sofrida por jovens. Segundo Takeiti (2011) geralmente a mídia e o senso comum vinculam a juventude a atos infracionais, utilizando as expressões vulnerabilidade e exclusão como categorias autoexplicativas. “Ao fazer da violência a marca que evidencia o juvenil, fixa-se os jovens nos territórios da exclusão e da desordem, naturalizando tal associação” (TAKEITI, 2011, p. 61).

O objetivo deste capítulo não é simplesmente desconstruir a associação instantânea entre juventude e violência, mas sim problematizar a forma como se deu e se dá tal associação. Mais do que evidenciar a violência na vida dos jovens marginalizados os autores dos artigos analisados olharam para os fatores de risco e as vulnerabilidades com as lentes da saúde, da psicologia e da sociologia, contemplando também os recortes de raça e gênero. A relação entre juventude e violência pode se dar tanto na prática de violência, como na vitimização, completando um ciclo de produção e reprodução de padrões perversos de comportamento que se expressam das mais diversas formas nas relações sociais cotidianas.

No entanto, é preciso contextualizar a violência geográfica e socialmente. Nos artigos encontrados na pesquisa foi possível perceber quanto o contexto social e econômico influencia na prática de violência e sua reprodução. Nas limitações e dificuldades de acesso aos direitos básicos, como saúde, habitação, educação e

saneamento estão as chaves para a resposta violenta dos jovens e da população como um todo. No entanto, a produção do Serviço Social, no que diz respeito à temática de juventude e violência, tem sido muito escassa, ou melhor, tem sido nula pelo menos no período contemplado pela pesquisa. Nenhum dos artigos encontrados foi produzido por assistentes sociais, o que dificulta uma discussão nos moldes e termos que a categoria profissional está acostumada. Apesar de relatar expressões da questão social, tais como pobreza, vulnerabilidade e marginalização nenhum artigo debate abertamente o tema.

Cabe, então, ressaltar que a questão social é a expressão de um modo de produção e reprodução de mercadorias e relações sociais baseado na divisão e luta de classes (NETTO, 2001). A sociedade que se encontra hoje no fetichismo do capital iniciou sua história de desigualdade na época industrial do capitalismo, onde surgiram duas classes sociais antagônicas, que permanecem até hoje, porém pulverizadas: burguesia e proletariado.

“Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas” (NETTO, 2001. p. 42). Ou seja, quanto maior a produção e reprodução de mercadorias, maior também a pobreza, exclusão e desigualdade social. É nesse contexto que se insere a marginalização da classe social menos favorecida. Desigualdade e vulnerabilidade são, então, conceitos descritivos que refletem e ilustram a lógica capitalista. “A questão social é, de fato, particular e histórica” (PEREIRA, 2001, p.59).

Apesar de ser uma condição mundial, as expressões da questão social se dão de forma particular em cada tempo e espaço geográfico. Elas se apresentam das mais diversas formas. A questão social é a expressão da forma como se dão as relações sociais de produção e reprodução no capitalismo. Diz respeito, propriamente, a distância estabelecida entre as classes sociais e a apropriação ou não da riqueza socialmente produzida.

Netto (2001) evidencia que dada a sua dimensão estrutural, a questão social atinge a vida dos sujeitos nas suas requisições pela garantia de direitos civis, sociais, políticos e humanos, remetendo-os à constante luta pela cidadania.

Com o advento do capitalismo liberal no século XX, acirra-se o processo de formação de riqueza e a conseqüente disseminação da miséria. Assim como toda a população, a juventude sofreu com a acumulação de capital em detrimento dos investimentos sociais (ALMEIDA; CAMPOS; SANTOS; PAIVA, 2014, p.354).

Dessa forma, a violência se insere como uma das expressões da questão

social, dado que se trata de uma resposta frente a violação dos direitos sociais, civis e políticos da população, especialmente da população jovem.

O processo de concentração do capital provoca efeitos poderosos, tais como exclusão, estigmatização e tentativa de destruição das classes menos favorecidas – principalmente da juventude pobre – por meio da opressão e criminalização.

Almeida, Campos, Santos e Paiva (2014) contextualizam em seu artigo a construção da visão marginal do jovem no Brasil, seguindo o curso da história mundial, como descrito no trecho a seguir

Consoante a esse processo, no Brasil, tais discursos e práticas também passam a se consolidar, sofrendo forte influência do movimento higienista, na década de 1920, em que se constrói a ideia dos bandidos de nascença e do mito no qual os jovens pobres estão diretamente associados à periculosidade e, portanto, devem ser descartados. Diante desse quadro, os jovens pobres, que escapavam ao extermínio, representavam a parcela excluída por excelência, pois sequer conseguiam chegar ao mercado de trabalho formal e se caracterizavam, então, como um “perigo social” que deveria ser controlado, o que justificava e fortalecia o modelo dominante das políticas repressoras voltadas a essa população. Essa vinculação da juventude com a desordem social é uma concepção que contribui fortemente até os dias atuais para reforçar a relação entre vadiagem/ociosidade/pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade (ALMEIDA; CAMPOS; SANTOS; PAIVA, 2012, p.355)

Para Moura, De Oliveira e Vasconcelos (2015) os diferentes níveis de desenvolvimento local e regional no país, bem como o escopo das políticas públicas e dos sistemas de proteção social vão explicar a garantia dos direitos fundamentais ou a negação da ampliação das liberdades substantivas dos jovens.

É preciso salientar, como apontam Abramovay e Castro (2002), que a socialização do jovem é fruto de um contexto sociocultural específico, no qual se dão as relações de poder e dominação, e estas vão dando significado a maneira de ser de dada juventude. Os processos de escolarização, a forma como se dá o uso do tempo livre, as formas de lazer, entre outros aspectos da vida cotidiana, se dão de acordo com a condição econômica e social no qual o jovem está inserido.

“Entre jovens e juventude, os primeiros constituem um segmento populacional, enquanto a última trata-se de uma condição social, que não é passível de homogeneização” (DE SOUZA; DE PAIVA, 2012. p. 357). Ser jovem diz respeito a uma condição biológica e geracional, além de ser uma construção social como já citado no capítulo anterior, mas pertencer a juventude é algo que está mais associado as condições sociais e econômicas do que qualquer aspecto biológico ou natural.

Salles, Silva e Fonseca (2014) evidenciam que segundo Pais, 1990, há duas principais correntes que se propõem a pensar a juventude: uma delas é geracional e a outra classista. A corrente classista questiona a homogeneidade proposta pela corrente geracional na medida em que as diferenças sociais e culturais entre os jovens são interpretadas como produtos das desigualdades estruturais da sociedade capitalista. Para a corrente classista, os estilos musicais, a forma de se vestir, os gostos e as preferências, os estilos de vida e os espaços frequentados pelos jovens são produtos diretos das condições econômicas em que vivem, e não somente da geração a que pertencem. E é nesse contexto que se torna possível perceber as relações que vão sendo historicamente construídas entre a juventude e a violência, ou seja, é o jovem inserido num contexto de marginalização que tem sua imagem automaticamente ligada a violência.

Para os mesmos autores (2014) a representação dos modos de ser da juventude, por estar relacionada aos estratos sociais a que pertencem, contribui para que os jovens mais empobrecidos sejam olhados como um segmento ameaçador e perigoso.

Mas o que precisa ficar claro é que não é a juventude em si que se vincula a violência, mas sim a juventude marginalizada. A violência tendo os jovens como vítimas ou agentes está intimamente ligada à condição de vulnerabilidade social destes indivíduos, e, às deficiências no acesso dos jovens aos bens e serviços socialmente produzidos (ALMEIDA; CAMPOS; SANTOS; PAIVA, 2014).

Segundo Fachinetto (2010), as múltiplas vulnerabilidades, que atingem de formas diferenciadas a juventude, devem ser entendidas como as constantes violações dos direitos dos jovens, pois, mesmo que sejam legalmente considerados como sujeitos de direitos, na prática isso não é uma verdade.

O Mapa da Violência (2015) evidenciou que tem havido um crescimento da mortalidade dos jovens, principalmente no que se refere a armas de fogo. E esse crescimento abre uma brecha que vem se ampliando ao longo do tempo, evidenciando a vulnerabilidade histórica desse segmento.

Pode-se perceber que a violência se caracteriza como uma forma de se relacionar, a qual muitas vezes é naturalizada, valorizada e até justificada pela sociedade. A questão estrutural da exclusão social, em seus determinantes sociais e econômicos, é praticamente desconsiderada pela juventude, embora ela própria viva uma vida de pobreza e de exclusão social (SALLES, SILVA; FONSECA 2014).

De Souza e De Paiva (2012) apontam que segundo Fraga, 2008, os jovens pobres são as principais vítimas da violência criminal e esse contexto é banalizado pela recorrência dos episódios de violência e pelo fato das mortes não produzirem manifestações públicas ou reivindicações políticas expressivas tirando, assim, a visibilidade desse trágico quadro. Aliado a isso está o fato de a classe média, atingida direta ou indiretamente por essa violência, produzir o discurso de que esses mesmos jovens são os principais responsáveis pelo constante aumento da criminalidade, especialmente nos centros urbanos. Essa concepção colabora para a construção da imagem da juventude como um “grupo de risco”, não fazendo referência à sua condição cidadã e não priorizando iniciativas que fomentem a sua participação na dinâmica da sociedade. Pode-se, ainda, relacionar a baixa escolaridade dessa população com a difícil inserção no mercado de trabalho, aumentando ainda mais os índices de pobreza e exclusão.

Enquanto, autores fazem um debate crítico sobre a vulnerabilidade da juventude pobre, e como a violência é uma expressão não vista da questão social no capitalismo, outros autores como Filho e Souza (2013) tentam tecer sua análise por um caminho mais pluralista, como é possível perceber no trecho:

apesar de a criminalidade juvenil estar inserida no imaginário social como um atributo específico das camadas mais pobres, sabe-se que ela não é uma derivação restritiva da pobreza. A compreensão da violência ou delinquência deve ser obtida a partir da análise dos diversos fatores que envolvem a questão. [...] A situação de risco passa a ser uma condição da criança e do adolescente que convive com uma realidade de adversidades, seja por problemas econômicos, sociais, familiares ou psicológicos. Nesse quadro de risco, o que mais chama atenção para os jovens é a omissão ou negligência, seja por parte dos pais e tutores, seja por parte do Estado e também da sociedade como um todo. (FILHO; SOUZA, 2013. p. 48)

Ou seja, para os autores é preciso atentar-se para outros aspectos, além dos socioeconômicos para se compreender o fenômeno da violência entre os jovens.

No que diz respeito as análises estatísticas Ruotti, Massa e Peres (2011) apontam que conforme dados do Ministério da Saúde, os homicídios aparecem como a primeira causa de morte entre os jovens desde a década 1990, e não só ocupam a primeira posição dentre as causas externas de mortalidade entre os jovens, mas ultrapassam todos os outros grupos de causas.

Enquanto, questão de saúde a violência é compreendida a partir de indicadores de risco. As mesmas autoras apontam que,

as análises epidemiológicas de risco permitem estabelecer associações probabilísticas de distribuição populacional de um determinado agravo entre diferentes condições objetivas, mensuráveis, como idade, sexo, renda, etc.,

apresentando caráter eminentemente quantitativo e populacional. Trata-se, neste sentido, de uma categoria abstrata e analítica que pressupõe certa relação de dependência entre um fator de exposição (fator de risco) e um efeito à saúde, segundo o modelo de raciocínio causal. A identificação de fatores de risco a um determinado agravo constitui, assim, um eixo fundamental das análises que sustentam as práticas preventivas em saúde (RUOTTI; MASSA; PERES. 2011. p, 379).

Ainda sobre a discussão de risco social, as autoras apontam que o risco epidemiológico é fruto de uma lógica fortemente racionalista que está estritamente relacionada ao processo de individualização na modernidade reflexiva. Compreende-se a individualização como o processo que transfere, para o indivíduo, a responsabilidade pela construção de suas trajetórias sociais, lançando sobre suas costas as consequências de sua situação socioeconômica.

Para Costa e Guimarães (2015) os jovens que fazem parte dessas estatísticas de homicídio também fazem parte de outra estatística oculta de saúde pública, pois há alguns anos quando eram recém-nascidos, os avanços na medicina e na saúde permitiram que eles sobrevivessem a doenças infecciosas e parasitárias, porém, apesar disso não houve alteração na estrutura social de forma a possibilitar um futuro próspero para esses jovens, que acabam virando estatísticas de violência. Medeiros e Malfitano (2012) corroboram com a ideia dos autores indicando que

nas últimas décadas, no Brasil, tem se observado uma mudança do perfil de mortalidade da população juvenil brasileira, passando da predominância de mortes por antigas epidemias e doenças parasitárias para uma prevalência em que predomina a mortalidade de jovens por causas externas, sendo elas: suicídio, homicídio, acidentes de trânsito e embate com a polícia (MEDEIROS; MALFITANO, 2012. p. 5).

Para os autores os jovens que foram salvos na infância passam a ser vitimizados em sua juventude, em meio ao atual contexto da violência urbana.

Filho e Souza (2013) ampliam um pouco a discussão levantando o debate sobre a delinquência. Apontam que o termo abarca mais de uma concepção, pois compreende uma posição legalista e outras de cunho sociológico, psicológico, psiquiátrico, biológico, dentre outros. Explicam que segundo Foucault o destaque para a delinquência altera o cenário de como se vê a marginalidade e a vulnerabilidade, pois o delinquente é caracterizado pela vida que leva e dentro do sistema deve ser transformado pelo trabalho e pela individualização. O que reflete na construção dos fatores de risco.

Ainda sobre saúde pública Scisleski, Reis, Hadler, Weigert e Guareschi (2012) levantam a questão do uso de drogas atrelado a fatores de risco e criminalidade, e como, ao mesmo tempo, isso pode ser naturalizado ou passar despercebido



atribuindo-se somente a questão moral a esse aspecto da sociabilidade. O que é possível perceber no trecho a seguir:

A questão é que ninguém faz a pergunta: por que essa juventude tem buscado o crack? Ou ainda: o que o crack oferece a esses jovens? Considerando que estamos já há algum tempo em plena campanha da mídia e do próprio governo federal para combater o uso de crack, ressaltamos a implementação de leis que buscam, em tese, a (re)integração do dependente químico à sua família ou à sociedade, baseando-se na política de redução de danos, mas que na prática, entretanto, ainda vemos como perpetuação da lógica da tolerância zero (SCISLESKI; REIS; HADLER; WEIGERT; GUARESCHI, 2012. p. 23).

O uso de drogas por jovens não é uma preocupação atual, historicamente se sabe que em sua grande maioria o primeiro episódio de uso de drogas ocorre justamente na adolescência e juventude, momento no qual a pessoa está mais vulnerável tanto psicológica quanto socialmente, tornando-se mais um fator de veiculação da juventude com a violência. Neste período, os jovens estão vivendo um momento que pode ser conflituoso e difícil e o uso e abuso de substâncias pode ser visto como forma de fuga ou rebeldia, uma resposta frente às restrições que lhes são impostas pela família, escola, mercado de trabalho e sociedade como um todo.

Rocha e Calais (2014) ressaltam que o envolvimento com drogas gera atos de violência, para além das questões com o tráfico de drogas, na medida em que vícios demandam gastos financeiros a estes jovens, e os jovens como em sua grande maioria, não possuem renda, acabam por cometer atos infracionais em busca de recursos que sustentem seus vícios.

Ou seja, são muitos os fatores ligados a violência, porém nem sempre a sociedade lança o olhar necessário para compreender essas problemáticas estruturais, tentando resolver questões paliativas, sendo que as fundantes, tais como a pobreza, marginalização, exclusão social e falta de acesso aos direitos permanecem inalteradas.

### **3.2 Violência, juventude e um diferencial de gênero**

Um fator que não pode ser deixado de lado quando se fala de violência é a questão de gênero e dos processos de socialização que constituem a imagem do homem e da masculinidade, baseadas na brutalidade como condição para construção da identidade masculina, como chamam atenção Barreto, Medrado e Quadros (2013) em seu artigo.

“Os homens, principalmente os mais jovens, ocupam papel central nas mortes por agressão, em todo o mundo” (SOUZA; GOMES; SILVA; CORREIA; SILVA, 2012, p. 3244). O fato de pessoas do sexo masculino serem as principais vítimas e autores de atos de violência levanta discussão acerca do lugar e da condição de homens e mulheres na sociedade. Segundo os autores supracitados, tanto o status quanto o papel dos homens associados à violência se encontram relacionados a aspectos que foram socialmente construídos. E a construção dessa identidade violenta acaba por se expressar nos índices de mortalidade. “Em 2007, para cada mulher vítima de homicídio no Brasil morreram mais de 12 homens” (MEDEIROS; MALFITANO, 2012, p. 8).

A imagem da masculinidade, muito baseada na violência e em atos de agressão, fragiliza a integridade do jovem, homem, bem como as relações sociais em sua totalidade. Desde a infância, os meninos, em suas brincadeiras cotidianas, jogos virtuais e expressões coloquiais aprenderem e reproduzem comportamentos agressivos e violentos contra si mesmos e os outros. Esses mesmos comportamentos, de agressão verbal, física e psicológica se expressam e se reproduzem durante a adolescência, juventude e vida adulta.

Alguns modelos culturais de masculinidade têm contribuído para que haja não só uma ligação entre gênero e violência, traduzida na hierarquia entre homens e mulheres, mas também eventos violentos ocorridos entre homens (SOUZA; GOMES; SILVA; CORREIA; SILVA, 2012, p. 3244).

Os mesmos autores defendem a ideia de que os padrões culturais de masculinidade são os principais responsáveis pela veiculação entre os homens e a violência, se expressando mais agudamente na juventude, enquanto momento de construção e expressão da identidade. Afirmam, ainda, que esses padrões culturais dizem respeito as relações de poder, e são construídos histórica e socialmente como exposto no trecho a seguir:

O poder costuma ser um dos atributos valorizados nessa socialização em determinadas sociedades e isso pode vir associado à violência, uma vez que esta pode ser vista como um instrumento para a obtenção do poder ou para a resistência a ele entre os segmentos masculinos (SOUZA; GOMES; SILVA; CORREIA; SILVA, 2012, p. 3247).

Para Barreto, Medrado e Quadros (2013) a esses sujeitos, jovens e homens, tão entranhados em situações de violação e dificuldade de acesso aos direitos não é concedida a possibilidade de viver as dores e perdas que as vulnerabilidades sociais introduzem em suas vida. Como ilustração indicam que o que mais se expressa nos

jovens marginalizados, principalmente os que cumprem medidas socioeducativas é o fato de eles terem

uma clara expressão de revolta, ainda que a dor seja de difícil expressão. Ousaríamos dizer que a revolta seria talvez uma forma de expressão da dor que não se permite sentir, frente à defesa da exigida condição de ser forte, nas fronteiras do intolerável (BARRETO; MEDRADO; QUADROS, 2013. p. 348).

Esse é um claro mecanismo de reprodução da violência e da construção de sujeitos violentos. Ruotti, Massa e Peres (2011) mostram que, segundo Souza, 2005, no Brasil, entre o período de 1999 a 2000, o risco de homens na faixa etária etária de 15 a 24 anos serem vítimas de homicídios foi quase 12 vezes maior que o de mulheres, o que aponta para mais um fator de risco na questão da violência, o diferencial de gênero.

Neves e Garcia (2015), indicam que

no período de 2000 a 2012, foram registrados 958.224 óbitos de jovens de 15 a 29 anos de idade no SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade): 762.841 óbitos do sexo masculino (79,6%) e 195.272 do sexo feminino (20,4%) (NEVES; GARCIA, 2015. p. 597).

As autoras apontam que existem diferenças marcantes na mortalidade de jovens, sobretudo no que diz respeito ao sexo, tanto no que se refere aos padrões de morbimortalidade, quanto ao uso de serviços de saúde, tudo fundado nas relações e modelos de masculinidade, tal modelo afirma comportamentos violentos e acabam mantendo os jovens do sexo masculino em situações vulneráveis de agravos sociais.

Em congruência com os autores citados no parágrafo acima Routti, Massa e Peres (2011) indicam que além de haver uma sobremortalidade masculina por homicídios, existem diferenças significativas no que diz respeito ao local de ocorrência e aos fatores envolvidos nesses eventos. Chamam atenção para o fato de os homicídios masculinos, em sua maioria ocorrem nos espaços públicos, tais como ruas e bares, e estão, fortemente relacionados à criminalidade. Já os homicídios femininos ocorrem, preferencialmente, no espaço privado, e estão mais relacionados a conflitos de ordem familiar e expressões do machismo sendo que, em ambos os casos, os agressores são predominantemente homens.

Com isso é possível ir traçando o que se esconde por trás da veiculação direta entre juventude, vulnerabilidade e violência.

### 3.3 Juventude, violência e a questão racial

“Nenhuma ciência ou área de conhecimento é capaz de lidar isoladamente com todos os aspectos que envolvem a criminalidade juvenil e os fatores de risco e vulnerabilidade” (FILHO; SOUZA, 2013. p. 46).

Souza (2011) levanta a questão de que para além das expressões da questão social, para além das relações de exploração e apropriação da riqueza socialmente produzida existe uma questão explícita e ao mesmo tempo bem pouco discutida na academia que é a questão racial. Ela argumenta que o materialismo-histórico-dialético não é suficiente para explicar as relações de racismo no Brasil sobretudo no que diz respeito a construção da imagem de jovens autores de violência. Salienta, que desde o fim da escravidão a imagem do jovem negro foi veiculada a marginalização, periculosidade e desumanização, o que se traduz histórica e estatisticamente em uma dizimação da população negra, sobretudo da juventude.

“A marginalização acompanha a construção da sociedade” (ROCHA; CALAIS, 2014. p. 97). “A juventude negra brasileira ainda enfrenta problemas estruturais herdados do período escravocrata que contribuem para dificultar as ações desenvolvidas em prol de garantia dos direitos salvos em constituição” (PEREIRA, 2012, p. 11). A situação da população negra sempre esteve associada às piores condições de vida, em um quadro de pobreza e miséria, tanto no campo quanto nas cidades, sem qualquer perspectiva de ascensão social ou mudança estrutural. Apesar de fazer parte da realidade dos jovens negros de periferia a violência cotidiana, institucional e policial muito pouco é discutido sobre isso.

Dos 70 artigos encontrados na pesquisa somente 2 tratam abertamente sobre a questão racial na construção e prática da violência, bem como sobre a veiculação da imagem do jovem negro à criminalidade, os demais artigos que abordam a questão racial o fazem de forma muito superficial e genérica.

O racismo, a questão racial, ainda é um assunto velado, que permanece escondido e silenciado nas discussões acadêmicas, mas que é expresso numericamente pelos índices de morte da população negra, sobretudo a população jovem. Medeiros e Malfintano (2012) em sua pesquisa sobre a mortalidade do jovens no município de São Carlos, em São Paulo, constataram que

para cada branco assassinado, morrem 2,2 negros do mesmo modo [...] de 2002 a 2008, o percentual de jovens negros morrendo em decorrência dos homicídios aumentou significativamente: em 2002 faleceram

proporcionalmente 58,8% mais negros do que brancos; em 2005, 96,4% e em 2008, 134,2% (MEDEIROS; MALFITANO, 2012. p. 10)

Pereira (2012), em seu artigo, indica que os jovens negros são as principais vítimas da violência urbana, além de serem os alvos prediletos de homicídios e de excessos policiais. Em sua análise sobre a participação dos jovens de periferia no movimento negro, indica que a sociedade como um todo produz e reproduz continuamente estereótipos e visões preconceituosas e negativas que denunciam o pensamento historicamente racista no Brasil. Esse pensamento identifica na juventude negra o ideal de suspeitos e instaura a cultura do medo nas relações sociais.

“A negação da existência do racismo ou, quando muito, a mitigação de seus efeitos são partes do discurso hegemônico” (BRASIL. 2016, p.22). A CPI do Senado sobre o assassinato de jovens indica que apesar dos avanços no que diz respeito a existência de racismo no Brasil, o discurso governamental continuou embasado na falsa ideia de Democracia Racial.

Rocha e Calais (2014) apontam que o senso comum acredita e reproduz a ideia de que jovens negros tendem a ser mais perigosos que os brancos, difundindo um conceito discriminatório que influencia até os responsáveis pelo controle da criminalidade, os policiais, o que acaba por punir e intimidar todo aquele que não é considerado digno, ou seja, todo aquele que não é branco na sociedade. Segundo Pereira, 2012, o racismo é uma forma de violência pulverizada, que sofre adaptações e muda de estratégia conforme as circunstâncias, dando a entender que é um assunto já ultrapassado, porém está tão vivo quanto nunca e muito mais perigoso, pois essa aparente invisibilidade permite que se instalem e produzam seus efeitos perversos do racismo sem serem percebidos.

#### O racismo é

uma ideologia, ou seja, um conjunto de crenças e valores que classifica e ordena os indivíduos em função de seu fenótipo. Na escala de valores proporcionada pelo racismo, o modelo branco europeu ariano assume a posição de destaque, como padrão positivo superior, enquanto que, do outro lado, o modelo negro africano se fixa como padrão negativo e inferior (BRASIL, 2016, p.25)

Pereira (2012) problematiza, ainda, que os jovens assistidos por programas sociais voltados para juventude empobrecida são em sua maioria negros, porém a condição racial não é levada em consideração no momento da formulação da política ou sua execução. Passando despercebida assim, mais uma vez, a questão

racial, evidenciando uma forma particular de preconceito que é o racismo institucional.

O racismo institucional constitui a forma mais sofisticada e bem-acabada do preconceito, envolve o aparato jurídico-institucional, e está presente em todos os segmentos sociais. Tendo sua existência mais demarcada no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil (BRASIL, 2016, p.29).

As características relacionadas aos marcadores sociais de desigualdade que diferem os jovens negros do resto da população, tornam-se determinantes para sua hierarquização na sociedade (ROCHA; CALAIS, 2014).

O que deve ficar explícito é que os determinantes de renda e raça não estão desvinculados, a população que historicamente foi marginalizada e excluída do acesso aos direitos, é a mesma população que tem sua imagem automaticamente veiculada a criminalidade no Brasil, e essa população não poderia ser outra senão a população negra que vem sofrendo há anos os mais intensos preconceitos.

Com isso evidencia-se que para além das questões estritamente financeiras e sociais existem características que contribuem para que certos indivíduos sejam mais vulnerabilizáveis que outros, mesmo dentro de uma mesma classe social.

Para Moura, De Oliveira e Vasconcelos (2015) a relação entre determinantes sociais e processos de determinação social da violência estão relacionados a populações específicas. Ou seja, “os processos de vulnerabilidades, provocados pela injustiça social, adquirem características relacionais e dinâmicas de acordo com os elementos de exposição de natureza interna e externa” (MOURA; DE OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2015. p.3401).

Por fim, cabe então ressaltar que a problemática da violência não está no jovem, mas no contexto social no qual ele está inserido, caracterizado por profundas desigualdades sociais, pelo individualismo exacerbado, pelas construções culturais de gênero, pelo racismo e pela fragilidade do Estado, na medida em que se mostra pouco ativo nas tentativas de resolução dessas probabilísticas.

#### 4. VIOLÊNCIA, UMA EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo tratará especificamente sobre as delimitações conceituais de violência encontrada nos artigos da pesquisa, bem como sobre a dificuldade de definir em termos acadêmicos e de senso comum essa prática que se mostra tão difundida e normalizada na sociedade. Por fim tratará rapidamente da discussão sobre adolescentes em conflito com a lei, e os mecanismos legais de reintrodução desses adolescentes na sociedade. Esse assunto será abordado, ainda que de forma sucinta, na medida em que esses sujeitos, tão envolvidos em situações de violência, configuram a base da juventude vulnerável descrita no capítulo anterior. Antes, porém, de iniciar a discussão segue a relação, organizada em forma de quadro, dos artigos encontrados na pesquisa que foram utilizados diretamente neste capítulo.

**Quadro 4 - Relação de artigos utilizados no capítulo 4**

|   | <b>Autor(es)</b>  | <b>Ano</b> | <b>Título</b>   |
|---|---|------------|---|
| 1 | ANDRARE, Cláudia Braga de   | 2015       | Violências e juventudes: processos de subjetivação no contexto escolar  |
| 2 | ALMEIDA, Arthemis Nuamma Nunes de;<br>CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda;<br>SANTOS, Luana Isabelle Cabral dos;<br>PAIVA, Ilana Lemos de | 2014       | Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projeto urbano em Natal/RN  |
| 3 | CARVALHO, Maria Siqueira de   | 2011       | Jovens e violência na cidade de Londrina - PR   |
| 4 | CRISTOFOLI, Emerson;<br>NAZZARI, Rosana Katia;<br>SOUZA, Franciele  | 2011       | Jovens egressos do sistema prisional de Toledo/PR (1984 – 2009): vulnerabilidades e contradições na formulação de políticas públicas para juventude |
| 5 | COSTA, Liana Fortunato;<br>PENSO, Maria Aparecida;<br>SUDBRACK, Maria Fátima Oliver;<br>JACOBINA, Olga Maria Pimentel                     | 2011       | Adolescentes em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para a promoção do desenvolvimento                                     |
| 6 | DRUMOND, Eliane de Freitas;<br>SAOUZA, Hercília Najara Ferreira de;<br>HANG-COSTA, Talline Arêdes   | 2015       | Homicídios, álcool e drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2000 – 2009  |
| 7 | FILHO, Edson Benedito Rondon;<br>SOUZA, Tatiana Sampaio de Sampaio de   | 2013       | Reflexos do medo e da insegurança na realidade e no cotidiano da juventude brasileira   |
| 8 | GALINKIN, Ana Lúcia;<br>ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira;<br>ANCHIETA, Vânia Cristiane Cavalcante  | 2012       | Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência   |
| 9 | MEDEIROS, Thaís Juliana;<br>MALFITANO, Ana Paula Serrata  | 2012       | Mortalidade de jovens por causas externas em São Carlos, SP, de 2000 a 2010: consequência da interiorização da violência?                           |

|    |  |      |   |
|----|--|------|---|
| 10 | MOURA, Leides Barroso Azevedo;<br>OLIVEIRA, César de;<br>VASCONCELOS, Ana Maria Nogales    | 2015 | Violências e juventude em um território da Área Metropolitana de Brasília, Brasil: uma abordagem socioespacial                                  |
| 11 | NEVES, Alice Cristina Medeiros das;<br>GARCIA, Leila Posenato                              | 2015 | Mortalidade de jovens brasileiros: perfil e tendências no período 2000 - 2012   |
| 12 | NEVES, Carla Malinowski;<br>SANTOS, Nair Iracema Silveira;<br>LAZZAROTTO, Gislei Romanzini | 2014 | Práticas intersetoriais no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: novas trajetórias de democratização ou de segurança?                 |
| 13 | DOS REIS, Aparecido Francisco  | 2013 | Violência e desenvolvimento local: um estudos sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS |
| 14 | ROCHA, Jéssika de Carvalho;<br>CALAIS, Lara Brum de  | 2014 | Medidas socioeducativas: uma análise sobre os marcadores sociais de jovens da Zona da Mata  |
| 15 | VILHENA, Junia de;<br>ZAMORA, Maria Hele Rodrigues;<br>Navas                               | 2011 | Da lei dos homens à lei da selva. Sobre adolescentes em conflito com a lei  |
| 16 | ZAPPE, Jana Gonçalves;<br>DIAS, Ana Cristina Garcia  | 2012 | Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei                             |

FONTE: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

#### 4.1 Sobre violência

A violência se apresenta das mais diversas formas, estando nos mais diferentes contextos e se expressando em níveis mais ou menos traumáticos. Dentre os artigos encontrados na pesquisa muitos foram os tipos de violência citados, pesquisados e exemplificados pelos autores, tais como violência doméstica, escolar, violência institucional, violência sexual, roubo, furto, agressões físicas, homicídios, suicídios dentre outros. Para compreender melhor as expressões dessa violência que se mostra tão pulverizada e às vezes até naturalizada é preciso conceituar, ainda que não de forma estrita, o que é e como se apresenta essa prática.

A UNESCO utiliza três denominações para classificar os fenômenos e expressões da violência, são elas: direta, indireta, e simbólica. A violência direta diz respeito aos atos físicos que resultam em prejuízo à integridade da vida humana, envolve todas as modalidades de homicídios. Já a violência indireta consiste em todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que causem prejuízo psicológico ou emocional. E, por fim, a violência simbólica, é aquela que envolve as relações de poder interpessoais ou institucionais que intervêm na livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002).

Ainda sobre as limitações da conceituação de violência, Andrade (2015) aponta que segundo Waiselfisz, 2003, existem duas grandes questões que dificultam



essa redução conceitual, a primeira delas se refere ao fato de que os significados do termo violência são construídos socialmente, e, por isso, vão sendo modificados de acordo com o momento histórico e contexto social. A segunda questão está relacionada ao fato de que a palavra violência pode se referir a situações bastante diversas, sendo sempre necessária sua contextualização. A violência pode ser doméstica, juvenil, bélica, simbólica, sexual, política, institucional e tantas outras. Além da autora supracitada os demais utilizados para escrita deste capítulo deram ênfase para a questão da limitação terminológica e do conceito de violência, e aí está o cerne da discussão, a dificuldade de enquadrar a violência em definições preexistentes.

A mesma autora (2015), ao discutir os conceitos de Bourdieu sobre violência real e simbólica, indica que para o autor existe uma distinção entre ambas, na qual a violência simbólica é aquela que define um conjunto de códigos simbólicos que fundamentam uma cultura instituída pelo poder, é o que constitui um código comum, possibilitando laços e relações sociais. Já a violência real é aquela que promove uma descontinuidade, uma ruptura com a ordem simbólica desenhada no contexto de cada tradição cultural (ANDRADE, 2015). O que se deseja evidenciar aqui é que a violência possui caráter multifacetado, e por isso não pode ser analisada de forma isolada.

As expressões da violência, assim como as expressões da questão social, são tão diversas quanto suas causalidades. Almeida, Campos, Santos e Paiva (2014) chamam atenção para o fato de que é a associação de diversos elementos socioeconômicos, políticos e culturais, além da presença ou não do Estado no que diz respeito a políticas públicas propositivas, que insere os jovens em contextos de vulnerabilidades sociais, ocasionando situações de violência.

Pelos diversos fatores já citados a violência vai se tornando cada vez mais naturalizada enquanto prática social, como bem descreve Dos Reis (2013. p. 156):

A violência enquanto prática disseminada na sociedade pode ser identificada quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indiretamente, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Apesar de a violência fazer parte da história da humanidade, uma vez que está presente em todas as sociedades humanas, em maior ou menor grau, a sua conceituação depende dos parâmetros formulados dentro de cada sociedade. Dos

Reis (2013) indica que uma determinada postura pode ser aceita em uma sociedade e ser rechaçada em outra, pois a leitura dos fatos em sociedade depende da história e sociabilidade de determinado grupo. A “violência varia segundo a natureza da sociedade considerada, configurando a realidade empírica da violência como um fenômeno polissêmico e plural” (DOS REIS, 2013. p. 156).

De acordo com Zappe e Dias (2012), a violência é complexa, polissêmica e controversa, dificultando sua definição ou descrição. As autoras indicam que por princípio a violência é ambígua. Ou seja, não existe uma única percepção, mas uma multiplicidade de percepções. As autoras entram em congruência com o que disse Dos Reis, 2013, na medida em que consideram a violência um conceito em permanente mutação, além de ser um fenômeno multifacetado.

Filho e Souza (2013) salientam que as diversas formas de violência sofridas por adolescentes e jovens são cumulativas e não excludentes entre si, a violência sexual, por exemplo, é também violência física; a violência física é também psicológica e assim por diante. Ou seja, a complexidade do fenômeno da violência se dá não só a nível social e econômico, mas principalmente a nível psicológico.

Uma das expressões da violência que é mais associada aos jovens é a criminalidade. Dos Reis (2013) amplia um pouco a discussão sobre a criminalidade indo além das questões estritamente morais e afirmando que ela afeta negativamente o desenvolvimento econômico e social das comunidades, diminuindo o capital social e cultural, aumentam os graus de exclusão e pobreza, colocando em risco a cidadania e reduzindo a capacidade de governabilidade do Estado. Finaliza seu argumento dizendo que o mundo do crime se apresenta como uma realidade paralela a ordem social vigente.

Segundo o mesmo autor (2013) as consequências de ordem psicossocial e econômica, no que diz respeito ao crime, podem ser identificadas como a naturalização de uma cultura criminoso, envolvendo o tráfico de drogas, o crime organizado e a corrupção de autoridades, ameaçando a ideia de democracia como um elemento do Estado de Direitos.

Caminhando na mesma direção, e aprofundando um pouco a análise, De Carvalho (2011) afirma que a sociabilidade violenta é uma cultura autônoma em relação ao que se denomina como organização estatal, ou organização convencional. Dessa forma a categoria “crime” não é suficiente para descrever ou entender o que cotidianamente se chama de violência urbana. Ou seja, conceituar o

crime ou a criminalidade é uma tarefa tão difícil quanto conceituar a violência, em muitos momentos ambas palavras são utilizadas para descrever a mesma coisa, mas não necessariamente são sinônimas, mas o fato é que a criminalidade e a violência são características marcantes da sociedade atual, principalmente quando estão relacionadas a juventude.

No que diz respeito especificamente aos jovens Dos Reis (2013) acredita que um dos principais fatores que explicam os atos de violência praticados por essa população de forma tão cotidiana é a falta de participação dos mesmos nas comunidades locais. A aparente invisibilidade da juventude, sobretudo no que diz respeito a deliberações e tomada de decisões no âmbito político e social provoca uma resposta violenta, expressa, sobretudo, por distúrbios de comportamento social. O autor indica que esses distúrbios se manifestam inicialmente em pequenos delitos, tais como furtos, assaltos e roubos, além da violência doméstica e escolar.

Ao contrário do que afirma Dos Reis (2013), para as autoras Galinkin, Almeida e Anchieta (2012) há inúmeras causas que podem ser utilizadas para explicar o crescimento da participação dos jovens nos atos de violência, tais como as mudanças nos estilos de sociabilidade, a entrada precoce e o prolongamento da adolescência, os novos modelos familiares, os conflitos sociais, a exclusão social, o uso e tráfico de drogas, a falta de projetos sociais específicos para juventude, a falta de perspectivas quanto à educação e emprego, e a tentativa de afirmação de uma identidade ainda em construção.

Já para Rocha e Calais (2014), apesar de concordarem com Dos Reis (2013), a explicação quanto a prática de violência é mais simples, para os autores os jovens excluídos socialmente, impedidos de exercer sua cidadania, e inseridos em um contexto com diversas vulnerabilidades se veem sem possibilidades de mudança, e, por isso, acabam indo para o caminho da criminalidade como uma tentativa de mudar sua realidade. “A ação violenta coisifica as pessoas e desumaniza as relações interpessoais e os espaços onde essas relações acontecem, quer sejam espaços físicos ou simbólicos.” (MOURA; DE OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2015. p. 3397).

Nos artigos encontrados foi possível perceber que, independente da área a qual os autores estão veiculados, seja ela a Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Direito ou tantas outras, a violência é sempre encarada como um fenômeno socialmente construído. Segundo Andrade (2015) a violência é um fenômeno

biopsicossocial, cujo espaço de desenvolvimento é a vida em sociedade, podendo assumir formas peculiares em contextos sociais específicos.

## **4.2 Violência como uma forma de relação social**

“A violência nos dias atuais toma contornos diversos e incorpora inúmeras formas e variáveis” (FILHO; SOUZA, 2013. p. 50). Os diversos tipos de violências afetam a trajetória e o curso de vida dos jovens e de suas famílias. Como visto anteriormente elas modificam as vivências comunitárias, a ocupação sócio espacial dos territórios e as dinâmicas da cidade, além de representarem uma violação aos direitos fundamentais (MOURA; DE OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2015).

A violência faz parte da história humana e está presente nas diversas sociedades e tradições culturais. O Brasil tem desde sua origem um processo histórico muito marcado por situações de violência, iniciando com o processo de escravidão, genocídios de populações inteiras - negros e indígenas - e, mais recentemente essa violência tem se manifestado de forma mais aguda nas grandes cidades (ANDRADE, 2015), e também no campo, estando muito associada à pobreza, ao crime organizado e ao autoritarismo, além dos outros fatores de risco já descritos no capítulo anterior.

Moura, De Oliveira e Vasconcelos (2015) afirmam em seu artigo que pesquisas de opinião revelam que o maior problema do Brasil é a violência. Enquanto isso Neves e Garcia (2015) indicam que segundo dados do Observatório Regional de Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde, em 2012, as agressões foram a principal causa de morte entre jovens na idade de 15 a 29 anos. Com esses dados é possível perceber que a violência é um fenômeno que tem se normalizado pela recorrência, porém não é uma temática abertamente discutida. Apesar da frequente prática a discussão sobre violência ainda é um tabu, geralmente culminando na culpabilização dos sujeitos.

Para Cristofoli, Nazzari e Souza (2011) a criminalidade e o desvio não dizem respeito a qualidades naturais de determinada população ou grupo geracional, mas sim as condições culturais a que pertencem, uma vez que resultam de processos de definição que se desenvolvem no interior dos mecanismos ideológicos, no qual acontece a produção e reprodução da realidade social.

A violência é um fenômeno sócio-histórico que vem se transformando em um

problema para a saúde pública, uma vez que além de afetar a saúde individual e coletiva, exige a elaboração de políticas e práticas específicas para esse setor.

Abordada enquanto questão de saúde, a violência entre os jovens é enquadrada nas análises de morbidade e mortalidade classificadas como “causas externas”, ou seja, são aquelas morte classificadas por agressões, acidentes de transporte, suicídios e outras causas. A violência é então entendida enquanto questão de saúde pública somente após o óbito dos envolvidos, antes disso não passa de mais um agravo ou mais uma situação trágica cotidiana. A questão, quando se fala em políticas públicas, ou políticas específicas para determinado público é a necessidade de dados numéricos e estatísticos que embasem a necessidade e a formulação da política. Sobre isso Medeiros e Malfitano (2012) problematizam que muitas das mortes violentas de jovens não são notificadas, sobretudo as oriundas da violência policial. “A violência policial pode estar sendo encoberta pelas denominadas mortes indeterminadas, ou seja, óbitos por causas externas não esclarecidas” (MEDEIROS; MALFITANO, 2012. p. 13). Essa falha nas notificações dificulta o real recorte quanto a necessidade de ações propositivas para essa população.

A violência é uma questão de saúde pública, mas antes disso é uma questão social, é uma questão de polícia, é uma questão de segurança e acesso aos direitos e informação. “Na perspectiva da saúde, os determinantes sociais e os processos de violências são fenômenos sociais complexos e representam fonte de elevada carga de morbimortalidade” (MOURA; DE OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2015. p. 3401).

Nessa questão um fator que não pode passar despercebido é uso excessivo de álcool e drogas por agentes e vítimas de violência, pois é um fator que aumenta o risco de envolvimento em episódios dessa natureza. Drumond, Souza e Hang-Costa (2015) evidenciam que os efeitos físicos e mentais, imediatos e de longo prazo, provocados pelo uso e abuso dessas substâncias, são social e clinicamente associados a acidentes e agressões.

Não será possível adentrar profundamente na discussão sobre o uso e tráfico de drogas neste trabalho, pois o recorte escolhido para pesquisa não contempla essa perspectiva de forma tão explícita, mas que o uso e abuso de álcool e drogas, bem como o comércio ilegal dessas substâncias configura um dos primeiros ou principais envolvimento da juventude com delitos e infrações, isso é inegável.

De acordo com dados da pesquisa feita por Cristofoli, Nazzari e Souza (2011)

os crimes com maior recorrência entre o público jovem, ordenados de acordo com a frequência são: tráfico e consumo de drogas, furto, roubo, lesão corporal, direção perigosa de veículo em via pública, direção sem habilitação, receptação de objetos roubados e homicídio. Vê-se que homicídio é o último crime listado, no entanto, segundo Medeiros e Malfitano (2012. p.9) “os homicídios são os principais responsáveis pelos óbitos do grupo etário mais vulnerável, jovens com idade entre 20 e 24 anos”.

Ainda de acordo com os autores Cristofoli, Nazzari e Souza (2011), a violência entre a população jovem deve ser entendida no contexto de tensões e contradições que a juventude enfrenta. Para eles a violência surge das brechas existentes entre os jovens que possuem e os que não possuem acesso à educação, a empregos de qualidade, a redes de relações, a condições ambientais favoráveis e ao capital cultural socialmente construído. Nessa perspectiva, quanto mais difusos são os canais de integração e mobilidade social, mais estreita é a fronteira que separa o legal do ilegal.

A relação entre violência e o contexto no qual o jovem se encontra se alimenta e retroalimenta de tal forma, que os ambientes de violência, sejam eles social, territorial ou familiar propiciam resoluções violentas para as situações da vida. Dessa forma a juventude se torna ao mesmo tempo vítima e algoz, muitas vezes sem perceber o que está acontecendo (CRISTOFOLI; NAZZARI; SOUZA, 2011).

Apesar de a violência se dar de forma pulverizada em diferentes ambientes e contextos, e apesar de estar presente em toda a história da humanidade, isso não significa uma naturalização da violência, e sim uma normalização desse padrão enquanto uma forma de relação social.

Andrade (2015) traz à tona uma discussão sobre os componentes biológicos da violência, ou as tentativas de naturalização desse fenômeno:

a afirmação da naturalização da violência aparece na formulação do argumento biológico sobre a natureza da violência, na qual a mesma é percebida como expressão de instinto animal e se vincula à noção de defesa ou preservação da comunidade (ANDRADE, 2015. p. 17).

Esse argumento tenta fundar nas bases do instinto de sobrevivência as práticas violentas, como se a produção e reprodução desses padrões de crueldade não tivessem estruturados em contextos sociais, culturais, territoriais e temporais.

A autora indica que apesar de o ser humano praticar atos agressivos, assim como os animais, isso não faz com que assumam as mesmas características e

finalidades em ambos os casos.

O argumento biológico sobre a natureza da violência é frágil, pois se apoia na premissa de que a violência é produto da conduta humana movida pelo instinto e não pela razão. A oposição entre razão e violência não se sustenta, uma vez que a razão não impede um ato violento (ANDRADE, 2015. p. 17).

A mesma autora, ao falar sobre os atos violentos trata a questão por uma perspectiva mais psicanalista ao dizer que

na violência a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador. [...] está evidente o componente subjetivo do comportamento violento, assim como sua relação com a intencionalidade de negação e destruição do outro. Neste sentido, o ato violento se relaciona ao emprego deliberado da agressividade e sua característica marcante é o desejo de causar mal, humilhar, fazer sofrer o outro (ANDRADE, 2015. p. 18).

Com isso é possível perceber que apesar de ser uma resposta social a violência tem componentes intelectivos, intencionais e racionais. Ou seja, a violência não é somente uma mera reação animalesca frente as enormes violações de direitos.

Moura, De Oliveira e Vasconcelos (2015) apontam, tal como já havia sido evidenciado, que existem prevalências de violência da juventude para com a juventude em situações e contextos específicos. Os autores apontam que as principais são a violência no namoro, a violência sexual, a violência escolar e a vivência familiar.

Filho e Souza (2013) esclarecem que dentro do fenômeno da violência difusa, insere-se a violência infrafamiliar, que apesar de não ser um fenômeno novo, é pouco discutida. Para os autores a violência infrafamiliar colabora enormemente para a difusão de todos os outros tipos de violência, além de marcar crianças, adolescentes e jovens desde o início de suas histórias, deixando reflexos e consequências para toda vida. Indicam que essa espécie de violência pode se desenvolver de diversas formas, seja através da violência física, do abuso sexual, do trabalho doméstico infantil, ou da violência moral e psicológica. E ela é um dos principais fatores que contribuem para o aumento da violência em todas as suas expressões.

Corroborando com essa perspectiva Moura, De Oliveira e Vasconcelos (2015) afirmam que as vivências de violências experimentadas pelos jovens não afetam exclusivamente suas vidas, mas alcançam suas proximidades, construindo um efeito vizinhança, que altera as sociabilidades no território e no espaço urbano,

potencializam efeitos inter geracionais de agressão.

Um fato importantíssimo, que não pode deixar de ser citado é a chama violência institucional, que é o resultado da precariedade de acesso aos serviços necessários a quem foi vítima da violência. A violência institucional, segundo Filho e Souza (2013), abrange a falta de qualidade ou inadequação do atendimento e se constitui em mais uma forma de violência, além da violência inicialmente vivida pela pessoa que foi buscar ajuda, é uma dupla violência.

Essa violência abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, e pode ser identificada de diversas formas, tais como a peregrinação por diversos serviços até receber atendimento, a falta de escuta adequada e tempo dos técnicos para atender as vítimas, a frieza, a rispidez, a falta de atenção e a negligência nesses espaços destinados para assistência das vítimas de violência (FILHO; SOUZA, 2013).

Filho e Souza (2013) apontam ainda que, para além de todas as formas de violência, a omissão também deve ser encarada como um ato violento, pois compromete a visão do jovem enquanto pessoa e sujeito de direitos. Coisificando a juventude e naturalizando as situações de violência.

Os elevados índices de mortalidade e violência entre jovens, bem como a negligência nos atendimentos, alerta para a necessidade de implementação de políticas específicas, dirigidas a essa população, tais como as já previstas no Estatuto da Juventude. Porém, o que se vê é uma enorme dificuldade em efetivar os direitos já garantidos na legislação.

#### **4.3 Adolescentes e jovens em conflito com a lei**

Assim como a juventude a adolescência não é mais que uma palavra, mais do que uma representação frente a construção social que foi feita sobre uma determinada etapa da vida. A adolescência, tal como a juventude, está limitada a determinadas faixas etárias, mas possui algumas especificidades que a juventude não tem, sobretudo no que diz respeito a nomenclaturas. Apesar de o trabalho não se dedicar ao estudo da adolescência achou-se por bem trazer algumas questões que tangencialmente são intrínsecas a questão da juventude, e os adolescentes em conflito com a lei são uma delas.

Para iniciar a discussão dos adolescentes em conflito com a lei é preciso



compreender a nomenclatura do senso comum que está por trás dessa problemática, que é a ideia de “menor”, como apontam Vilhena e Zamora (2011). As autoras explicam que existe uma grande diferença de nomenclatura e aceitação entre menor e criança, pois “criança é meu filho, o filho dos amigos, os irmãos, as crianças queridas por nós, e que são parecidas conosco. 'Menor' é o ser temível que está nas ruas, cometendo crimes contra a ordem pública e sendo preso” (p. 28). “Menor” é, então um termo nitidamente pejorativo usado para desumanizar as crianças e adolescentes que se encontram em situações de vulnerabilidade extrema, é usado para distinguir os que têm acesso aos direitos dos que não tem.

Nesse termo tão pequeno, tão “menor” está uma das chaves para se compreender a história e trajetória dos adolescentes e jovens que entrando em conflito com a lei acabando por participar do SINASE e dependendo do desfecho de suas histórias, participarão também do sistema prisional. São esses “menores” que depois de alguns anos se tornam os jovens marginais e criminosos descritos no capítulo anterior. Então, ainda que não se vincule explicitamente ao tema dessa monografia a discussão sobre adolescentes em conflito com a lei é uma questão que diz respeito a juventude vulnerável e que sofre e comete atos de violência. A juventude violenta é fruto de uma adolescência violenta, que por sua vez é fruto de uma infância violenta.

O ECA Lei 8069/1990 foi formulado buscando romper com essa mentalidade menorista, substituindo o então Código de Menores, que dirigia a tutela do Estado às crianças pobres e que estivessem em “situação irregular”, termo que abrangia abandono, maus tratos e a prática de delitos (VILHENA; ZAMORA, 2011). O ECA adota o paradigma da proteção integral e reafirma que toda e qualquer criança e adolescente é sujeito de direitos e deve ser respeitada em sua condição especial de desenvolvimento. O Estatuto assegura, inclusive, direitos aos adolescentes autores de atos infracionais, destinando medidas de caráter socioeducativo, protetivo e atividades pedagógicas. Essas medidas de caráter protetivo deixam implícita a compreensão de que a prática do ato infracional pode estar correlacionada, em algum nível, com a violação dos direitos fundamentais.

É preciso esclarecer que as medidas socioeducativas são dispositivos jurídicos aplicados quando se verifica a prática de um ato infracional. E o ato infracional é uma conduta descrita pela legislação como crime ou contravenção penal. Por seu caráter socializante e educativo, essas medidas são teoricamente

formuladas para auxiliar o jovem na construção de sua identidade e projeto de vida para além dos conflitos com a lei. Dessa forma, necessitam de ações nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte.

As medidas aplicadas podem ser advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (art. 112º do ECA). Segundo Rocha e Calais (2014) dentre as medidas disponíveis para o enfrentamento da criminalidade prescritas no ECA, a de liberdade assistida é a que mais se destaca, pois permite que o jovem infrator cumpra em liberdade, junto à sua família, a medida imposta, porém sob o controle do juiz da Vara da Infância e da Juventude e da sociedade.

O ECA estabelece medidas a serem tomadas pelo Estado para recolocação dos adolescentes cometedores de atos infracionais na sociedade. No campo das políticas para as crianças e adolescentes, a doutrina da Proteção Integral, redefine as relações entre Estado e sociedade, normatizando a forma de organização e de funcionamento da política de atendimento, implementando o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (NEVES; SANTOS; LAZZAROTTO, 2014).

Vilhena e Zamora (2011) apontam para o fato de que associação do ato delinquente à pobreza e a criminalidade, muito comum entre os agentes que tratam com esses adolescentes, é a expressão de uma posição etnocêntrica que liga a pobreza à ilegalidade, mantendo os mesmos padrões perversos que distinguem criança de “menor”. Ou seja, os avanços nos marcos legais não foram suficientes para sanar a problemática que é histórica e estrutural. Segundo as mesmas autoras é preciso indagar “qual é o lugar da trama social nesta criança que agride? Qual o endereçamento desta violência? Como compreender o comportamento cada vez mais violento destas crianças e jovens?” (VILHENA; ZAMORA, 2011. p. 31), pois somente assim será possível problematizar os adolescentes e jovens que se encontram em conflito com a lei.

Costa, Penso, Sudbrack e Jacobina (2011) nessa mesma perspectiva indicam que os avanços na legislação brasileira não transformaram a realidade de crianças e adolescentes, pois os mesmos continuam despojados de seus direitos básicos. Esse é um processo de “descidadanização” que segundo Moura, De Oliveira e Vasconcelos (2015, p.3403) é a compreensão de

as violências estão inseridas numa dimensão dialeticamente concreta e subjetiva como uma ressonância, uma imagem distorcida da falência dos

sistemas de proteção e da manutenção dos mecanismos geradores de injustiça social.

Com isso o que fica evidente é que a política pública, por si só, a legislação, o ECA, o SINASE, o Sistema de Garantias de Direitos não garantem a transformação da vida do público ao qual se destina. Sendo incapazes, isoladamente, de provocar mudanças efetivas nas condições de vida desses sujeitos, embora possa gerar algumas reversões de trajetórias (ALMEIDA; CAMPOS; SANTOS; PAIVA, 2014).

Ou seja, os problemas da violência, os problemas da juventude vulnerável, são problemas que dizem respeito a toda a sociedade, em todas as suas faixas etárias, de renda, escolaridade e representatividade. Enquanto a violência permanecer normalizada, socialmente aceita enquanto forma de relação social, os argumentos moralizantes fundados na individualização dos casos e ações não será suficiente para tratar a questão, tornando-a cada vez mais grave.

## 5. O JOVEM NA MÍDIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este último capítulo tratará sobre a construção social, policial e midiática do jovem autor e vítima de violência. Analisando os artigos que se destinaram a traçar esse perfil é possível perceber a recorrência e predileção da mídia em veicular notícias sensacionalistas que relacionam juventude e violência. O capítulo abordará, também, questões relacionadas à ausência de políticas públicas voltadas para juventude, bem como a via possível para efetivação desses direitos ainda em gestação, o empoderamento juvenil. O quadro a seguir mostra a relação de artigos que compõem o corpo deste capítulo.

**Quadro 5 - Relação de artigos utilizados no capítulo 5**

|    | <b>Autor(es)</b>   | <b>Ano</b> | <b>Título</b>   |
|----|--|------------|---|
| 1  | ARAUJO, Liércio Pinheiro de  | 2012       | Imagens da violência: um ensaio sobre as psicologias dos grupos violentos e suas perspectivas compreensivas   |
| 2  | CORREIA, Carolina Salomão;<br>SOUZA, Solange Jobim e   | 2011       | Violência e vulnerabilidade: os jovens e as notícias de jornal  |
| 3  | CRISTOFOLI, Emerson;<br>NAZZARI, Rosana Katia;<br>DE SOUZA, Franciele  | 2011       | Jovens egressos do sistema prisional de Toledo/PR (1984 – 2009): vulnerabilidades e contradições na formulação de políticas públicas para juventude |
| 4  | DOS REIS, Aparecido<br>Francisco   | 2013       | Violência e desenvolvimento local: um estudos sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS     |
| 5  | KOURY, Mauro Guilherme<br>Pinheiro   | 2011       | Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre a juventude e violência no Brasil atual   |
| 6  | LICO, Fátima Madalena de<br>Campos;<br>WESTPHAL, Maria Faria   | 2014       | Juventude, violência e ação coletiva  |
| 7  | SANTOS, Luana Isabelle<br>Cabral;<br>DE OLIVEIRA, Andressa Maia;<br>DE PAIVA, Ilana Lemos;<br>YAMAMOTO, Oswaldo Hajime | 2012       | Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas   |
| 8  | SANTOS, Rita Cristina de<br>Souza;<br>SOUZA, Daiane  | 2013       | Imagens da violência juvenil na mídia impressa valadarense: um caso de saúde pública  |
| 9  | DA SILVA, Livia Sousa;<br>ALVES, Laura Maria Silva<br>Araujo   | 2013       | A criminalização da juventude no discurso midiático da violência escolar em Belém – PA  |
| 10 | SOUSA, Carlos Angelo de M.;<br>GOMES, Candido Alberto da C.  | 2011       | A juventude na ótica de policiais: a negação do direito na aparência  |
| 11 | SOUZA, Candida de;<br>PAIVA, Ilana Lemos;<br>OLIVEIRA, Isabel Fernandes<br>de  | 2014       | Formação política como forma de enfrentamento à violência na juventude  |
| 12 | ZALUAR, Alba   | 2012       | Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos  |

FONTE: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

## 5.1 A visão midiática e policial da juventude

Para iniciar a análise cabe indicar o terreno no qual se dá essa discussão midiática sobre a juventude e a violência, essa abordagem foi feita pelas autoras Da Silva e Alves (2013) ao chamarem a atenção para o fato de que a violência, por ser um assunto tabu na sociedade, não é tratada abertamente ou de forma discutível nos ambientes coletivos. Dessa forma lança-se sobre a mídia, em todos os meios de comunicação, a responsabilidade de produzir e veicular as informações, imagens e análises sobre a violência, o que acaba por produzir um discurso irreal e sensacionalista, sobretudo quando a violência é sofrida ou produzida por jovens.

No mesmo mote Koury (2011) revela que a veiculação de informações e notícias sobre violência pela mídia faz parte de uma grande cultura do medo, uma cultura que se alimenta da apreensão por parte da população principalmente contra adolescentes e jovens. Essa cultura é alimentada pelos programas sensacionalistas que dramatizam de forma teatral os acontecimentos e sobretudo a ação de policiais frente a essas situações. Essa contextualização inicial é imprescindível, uma vez que somente a partir da compreensão do cenário atual é possível perceber a atuação dos diversos agentes envolvidos.

Para Corrêa e Souza (2011), se há poucas estatísticas e estudos reais sobre a relação entre juventude e violência, o mesmo não se evidencia dos boletins e noticiários em todo o país.

Pensar sobre os sentidos que a mídia produz sobre a violência e juventude é também considerar que, para além de uma concepção ingênua de mídia, apenas como agente social da informação, desinteressada e neutra, existe uma tomada de decisão na forma e nas notícias veiculadas (DA SILVA; ALVES, 2013). O discurso midiático, enquanto discurso ideológico, entranhado de interesses e valores, expressa uma tomada de posição frente as questões sociais.

Santos e Souza (2013) revelam que na pesquisa realizada por elas nos noticiários impressos em Governador Valadares, de janeiro a dezembro de 2010, das 307 notícias analisadas 129 diziam respeito explicitamente a situações de violência sofridas e protagonizadas por jovens. Das que os jovens eram agentes de violência 38% das reportagens tratavam do tráfico de drogas, 15% do porte ilegal de arma de fogo, 10% falavam sobre assalto, 9% sobre tentativa de homicídio, 6% sobre homicídio, 6% sobre roubo, 5% sobre consumo de drogas e 4% sobre furto, as

demais reportagens tratavam sobre acidentes de trânsito, abusos sexuais e trotes universitários. Esses números foram apresentados somente para ilustrar a diversidade de atos violentos envolvendo a juventude, porém a mesma diversidade não é encontrada quando de fala da descrição do jovem autor de violência. As mesmas autoras (2013) indicam que em suma maioria o agente desses atos de violência pertence ao gênero masculino, é negro e reside em áreas periféricas da cidade. Esse perfil da juventude vulnerável, já descrito no capítulo 3, é cotidianamente reproduzido nos noticiários brasileiros.

Um assunto que é interessante ser citado no que diz respeito a construção da imagem da juventude é a participação dos jovens em gangues. Para Araújo (2012), em seu artigo sobre a construção das imagens de violência explica que há quatro componentes que definem um grupo enquanto gangue, são eles: a durabilidade (pelo menos vários meses), a orientação de rua, (os encontros e atividades se dão fora de casa, no trabalho e escola), a média de idade (sobretudo jovens) e a identidade através de atividades ilegais. Finaliza sua explicação esclarecendo que gangues são grupos violentos de rua, que podem ser caracterizados pelos baixos níveis de renda, assim como pelos altos níveis, uma vez que a situação socioeconômica não é necessariamente um fator determinante para existência ou participação em gangues. Ou seja, apesar da violência estar pulverizada nas classes sociais existe uma predileção de situações que a imprensa divulga.

A mídia ao veicular as situações de violência como faz, pela via da exacerbação e da criminalização, acaba por construir, assim, um sentimento de medo e impotência na população, naturalizando essas situações extremas e ao mesmo tempo paralisando os envolvidos (DA SILVA; ALVES, 2013). É com base nisso que se culpabilizam alguns agentes ao mesmo tempo em que se isentam outros. Isso é perceptível no discurso que atribui tão somente às polícias, a responsabilidade por garantir a paz e a dita ordem social, impossibilitando que crimes e atos infracionais aconteçam, esse mesmo discurso atribui a juventude esses mesmos atos de vandalismo, protesto e violações aos direitos, sobretudo os de propriedade e liberdade. Essa configuração impossibilita a visão de que não somente os policiais e jovens são responsáveis pelos índices de violência no país, mas a sociedade como um todo, em todas as suas relações sociais e expressões.

Um fato que não pode deixar de ser citado em se falando de juventude e polícia é a oposição real e latente entre esses dois agentes sociais. Os jovens são

os principais alvos das abordagens policiais e estes historicamente travaram batalhas com esses representantes do governo. Sousa e Gomes (2011) indicam que os jovens, inicialmente ligados aos protestos políticos foram tendo progressivamente suas imagens incorporadas a construção social do criminoso, o que, num círculo vicioso, foi legitimando ações autoritárias e discriminatórias por parte dos policiais e do restante da população, gerando mais revolta entre os jovens.

Tudo isso está inserido na cultura do medo. “A cultura do medo constrói, assim, uma barreira invisível que separa as pessoas e as isola, fazendo-as temer a tudo e a todos e nunca confiar no outro” (KOURY, 2011. p. 477).

A construção midiática e policial da imagem do jovem é a construção de um personagem, uma figura genérica que pode ter vários rostos, mas uma única vestimenta. Sousa e Gomes (2011) ilustram essa relação de aparências:

a aparência é que faz ver, aos olhos do policial, quem é quem. A aparência ordenada, sem boné, cabelo penteado e roupa melhor transformaria o marginal em um incluído no sistema, o qual deixaria de ter o biótipo do marginal. Assim, o estranho é englobado no sistema de classificação, tornando-se coeso a esta sociedade. Contudo, o jovem em sua individualidade exige a liberdade de expressão e assim explicita a tensão entre o ser individual *versus* o ser social. A aparência que a moda, o vestuário constrói é realizada para residir nos olhos dos outros (SOUSA; GOMES, 2011. p. 534).

Para os mesmos autores vestir-se é transitar pelos mapas dos significados sociais, revelando não só seu papel funcional na sociedade, mas sua forma de ver e estar no mundo. Um policial fardado representa uma parte autoritária e violenta do Estado, enquanto que um jovem vestido com suas roupas da moda representam um outro segmento social, que expressa a identidade e postura política dos seus iguais. Para Sousa e Gomes (2011) a juventude mais do que qualquer outro grupo social, certamente utiliza-se da moda como uma forma de expressão de sua individuação, em termos pessoais e grupais, e talvez por isso sejam os principais alvos de uma abordagem policial. Ou seja, uma experiência comumente considerada individual, a escolha de suas vestimentas, é, ao mesmo tempo, uma experiência social.

Essa mesma preferência policial por jovens periféricos e de classes sociais mais baixas para abordagens e agressões é percebida também nos atos de violência praticados pelos jovens da classe média alta

Várias reportagens na mídia nacional dão destaque a grupos de jovens de classe média alta, envolvidos em espancamentos e lutas corporais, por motivos banais, em todas as capitais dos estados brasileiros. Desde o tocar fogo em um índio que se encontrava dormindo em um ponto de ônibus, na cidade de Brasília, ou o espancamento de mendigos nas ruas, como

acontecido nas cidades de Recife e do Rio de Janeiro, até espancamentos de outros jovens por rixa de grupos rivais, ou porque estavam com a ex-namorada de outro, ou porque um dos participantes de um grupo achou que houve insinuações para outro dos membros do seu grupo — do sexo masculino e, sobretudo, do feminino —, por um ou mais dos membros do grupo oposto, além de envolvimento com estupros e com drogas, entre outros casos, são fatos de destaque na mídia nacional, de forma corriqueira, desde os anos finais do século XX (KOURY, 2011. p. 477).

O mesmo autor indica que geralmente os crimes e os atos de violência praticados pelos jovens de classe média alta ficam impunes devido a estrutura desigual do país. A mídia é um espaço de divulgação da informação legitimado socialmente, e longe de ser neutro, dispensa energia em imprimir sentido para tudo aquilo que divulga (DA SILVA; ALVES, 2013).

Muitos dos problemas sociais reconhecidos, discutidos e estudados têm sua maturação através das intervenções de comunicação e mídia. Da Silva e Alves (2013) salientam que há que se pensar o discurso jornalístico, como um posicionamento, um ponto de vista, que nem sempre revela o real, mas sempre interpreta valores e interesses próprios, necessitando ser apreciado de forma crítica e contextual.

A construção midiática da juventude é também a construção social dessa categoria, e impacta definitivamente nas ações governamentais voltadas para os jovens.

## **5.2 Políticas públicas para juventude?**

Assim como foram conceituadas as categorias juventude, violência e mídia cabe contextualizar o que se entende por política pública para fins desta monografia. As políticas são fruto da batalha travada entre a sociedade civil e o Estado, representando também a luta entre as classes sociais, na busca de ampliação e execução das conquistas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). A boa execução das políticas públicas é o que garante a cidadania, e é por meio de seu exercício que elas paulatinamente são ampliadas e adaptadas de forma a atender as necessidades do segmento em questão.

As políticas públicas, entendidas na perspectiva das políticas sociais, são uma mediação entre a economia e a política, na medida em que são o resultado das demandas criadas dentro da sociedade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2007) e se expressam pela execução de ações reais por parte do Estado em resposta às



emergentes solicitações da sociedade. As políticas são a forma como se efetivam os direitos garantidos na legislação.

As políticas sociais configuram-se como uma resposta do Estado à demanda de enfrentamento das questões sociais e por isso não poderia deixar de ser citado nessa seção.

Também não pode deixar de ser citado o papel que a SNJ e o Conselho Nacional da Juventude ocupam nesse cenário. A Secretaria Nacional da Juventude foi criada em 2005 e é um símbolo de conquista para jovens. Ela tem o objetivo de potencializar uma série de programas e ações voltadas para os jovens e desde 2016 está vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República. É responsável por formular e articular as ações e políticas voltadas para juventude (SNJ, 2017).

Já o CONJUBE é um conselho composto pela sociedade civil e pelo governo, esse é um importante espaço de escuta por parte do Estado das demandas reais da sociedade e tem a atribuição de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude. O CONJUBE foi criado em 2005 pela Lei 11.129 e uma de suas atribuições é formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolvendo estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens (SNJ, 2017). A representação da sociedade civil no conselho é de suma importância e reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para que as política juvenis se transformem, de fato, em política de Estado no Brasil.

Tão marcados pelos estigmas sociais e pelas reais situações de violência, os jovens pouco conseguem ver as diferentes possibilidades que o futuro oferece, até porque para eles tudo se mostra sempre tão incerto (CORRÊA; SOUZA, 2011).

A depender do contexto sociopolítico e econômico do qual os jovens se originam, podem ser considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados à violência e aos desvios de conduta. Diante desta concepção equivocada, os programas governamentais procuraram apenas minimizar a potencial ameaça que os jovens parecem representar para a sociedade. O conjunto das ações políticas para jovens, ainda exprime a ideia básica de superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, as metas fixadas pelas políticas incide sobre o combate aos problemas de desemprego, violência e drogas (CRISTOFOLI; NAZZARI; DE SOUZA, 2011).

Não se pode reduzir a compreensão do envolvimento do jovem com a violência e a criminalidade somente aos aspectos macro-sociais, como gênero, raça e situação social, nem tampouco às questões do indivíduo, como as condutas de risco que propiciam sua marginalização e exclusão (CRISTOFOLI; NAZZARI; DE SOUZA, 2011). Os mesmos autores indicam que a questão repousa principalmente sobre os fenômenos de constituição das políticas públicas que não evidenciam a juventude enquanto fase de vida, em sua pluralidade. Elas são construídas de forma homogênea e não plural, esquecendo das particularidades impostas pelos aspectos culturais, sociais, econômicos e étnicos distintos que atingem os jovens de uma forma diversa e não homogênea.

Um pouco diferente do que frisam os autores acima Dos Reis (2013) afirma que a criminalidade deve ser analisada como causa e efeito da falta de relacionamento interpessoal, dentro da comunidade. Para o autor é a participação na própria comunidade, na delimitação primordialmente local, que diminuirá os índices de criminalidade como um todo. Essa participação local é imprescindível na vivência política da cidadania, mas não é suficiente para sanar uma problemática histórica e complexa como é a violência.

O mesmo autor, mantendo sua visão neoliberal defende que é preciso diminuir os índices de violência para então destinar recursos para os direitos sociais. O trecho a seguir ilustra sua visão:

Pelo olhar meramente econômico, a violência reduz o investimento estrangeiro e nacional, obstaculizando assim as possibilidades de crescimento a longo prazo. Entre outros efeitos, desestimula o interesse das pessoas em investir tempo e dinheiro em educação e trabalho, como formas de ascensão social, e pode induzir parcela da população a desenvolver atividades delitivas, ao invés de ações de participação social (DOS REIS, 2013. p. 155).

Contra isso Cristofoli, Nazzari e De Souza (2011, s. p.) argumentam que “os custos econômicos e sociais da violência tendem a se ampliar mais do que o custo efetivo dos programas de prevenção ou de reinserção de jovens agressores ou vítimas da violência”.

O que precisa ficar evidente é que pela ausência de recursos, pela falta de interesse político para efetivação dos direitos sociais, civis e políticos, e pelas relações sociais frágeis é que são tão recorrentes as situações de violência e violações, das mais diversas formas.

Os jovens extravasam através de atos violentos a desvalorização de que são alvos; este uma vez desprovido das possibilidades de desenvolvimento dos seus potenciais [...] sobretudo, o jovem pobre, porque a própria

sobrevivência se impõe, de maneira que em muitos casos a alternativa passa a ser a transgressão e o crime. O que não isenta o jovem das camadas mais favorecidas de também incorrer na violência, ainda que por outras vias como a da ausência de valores familiares sólidos, como limite e respeito. (DA SILVA; ALVES, 2013. p. 121)

A efetivação de direitos depende a dotação orçamentária, o que enfrenta inúmeras dificuldades frente a disputa de interesses políticos em todas as instâncias do governo. Essa disputa orçamentária esbarra no que Koury (2011) defende ser a indústria do medo. Essa indústria do medo designa os gastos e investimentos em segurança privada. O autor indica que

Segundo os dados do PNUD, só no ano de 2007 os gastos com segurança privada no Brasil somaram, aproximadamente, R\$ 90 bilhões, montante equivalente ao consumo de 10% do PIB brasileiro, com resultados previsíveis no trato dos segmentos mais pobres e nas despesas públicas em saúde e educação. O alto consumo e investimento na indústria do medo significam que muitos investimentos sociais deixam de ser feitos ou têm sua eficácia comprometida (no país) para cuidar de segurança (KOURY, 2011. p. 472)

Mas para além dessas dificuldades financeiras e orçamentárias, que são enfrentadas para a efetivação de todo e qualquer direito, Cristofoli, Nazzari e De Souza (2011) indicam que o desafio maior ainda é inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de políticas e direitos públicos de caráter universalista.

A grande questão da cultura da violência, no Brasil, é a do encobrir os enormes problemas sociais ligados, sobretudo, à escassez e ao desvirtuamento de recursos para a educação, saúde e geração de empregos, desvio para ações ligadas à indústria e cultura da violência (KOURY, 2011. p. 472)

Santos, De Oliveira, De Paiva e Yamamoto (2012) evidenciam que há ainda uma enorme desarticulação entre as políticas públicas que se destinam a juventude, além de ainda possuírem um caráter muito assistencialista e não cidadão, na perspectiva da cidadania ampliada.

No que diz respeito a cidadania participativa, Cristofoli, Nazzari e De Souza (2011) revelam, o que não é nenhuma novidade, que são raros os canais democráticos que asseguram os debates e a participação para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas para juventude.

Santos e Souza (2013) chamam atenção para a necessidade de integração e articulação do Setor Saúde com os diversos setores da sociedade, assim como a implementação de medidas de superação das vulnerabilidades para além das Políticas Públicas de Segurança. Santos, De Oliveira, De Paiva e Yamamoto (2012)

compartilham desta mesma visão ao dizerem que uma das principais políticas públicas que devem ser valorizadas neste momento dizem respeito as políticas de assistência à saúde, pois lidarão diretamente com as vítimas de violência. Explicam que os investimentos nas demais áreas apresentarão resultados sociais a médio e longo prazo, enquanto que o problema da saúde trataria o que é urgente e emergente.

### **5.3 O empoderamento como uma forma de enfrentamento à violência**

Como bem foi falado no capítulo anterior a violência é um fenômeno resultante das relações sociais de dominação e opressão, que pode ter diversas causas e também diversas expressões, porém sempre se refere as relações societárias de um dado conjunto social. A violência é, então, uma relação de força, seja ela física, psicológica, política ou institucional.

Falar de empoderamento é falar da tomada de consciência por parte da população, o que possibilita uma modificação no comportamento social. O empoderamento é uma ideia e uma atitude, é um exercício pleno da cidadania que facilita a leitura e análise crítica da sociedade, possibilitando o engajamento político por parte dos jovens em suas comunidades (ZALUAR, 2012).

Segundo Souza, Paiva, Oliveira, Mello e Alencar (2014) ao pensar na violência como um problema realmente social, não se pode deixar de considerar que esse fenômeno que leva à morte milhares de jovens no Brasil é o mesmo fenômeno que afasta investidores, provoca aumento dos preços dos produtos e serviços segurados, agrava as injustiças sociais, legitima formas truculentas na política de Segurança Pública, constrói o medo social e dá força a culturas conservadoras de culpabilização da violência, degenerando, assim, os laços da vida social.

Um aspecto que é superimportante, mas que é pouco relacionado aos determinantes da violência, diz respeito à falta de espaços e de recursos comunitários de cultura e lazer para os jovens. Muito se ouve falar que os jovens são o futuro do país. Mas, quais têm sido as chances reais de futuro? Quais as possibilidades desses jovens construir vivências e identidades positivas, em meio a toda essa miséria, violência e desigualdade? (SOUZA; PAIVA; OLIVEIRA; MELLO; ALENCAR, 2014).

As autoras Lico e Westphal (2014) em pesquisa feita na região metropolitana

de São Paulo verificaram que devido a pouca participação geral da comunidade no local onde vivem os jovens não são incentivados de nenhuma forma a tomarem partido das questões comunitárias, de forma que as medidas tomadas para o enfrentamento a violência e criminalidade se restringe ao fechamento de bares e ou aumento do efetivo policial. Ou seja, a participação dos jovens na cena política da comunidade depende da participação de todas as outras faixas etárias da população no espaço.

Os vários fatores que contribuem para os altos índices de violência entre os jovens estão intimamente relacionados com as escassas políticas direcionadas a esse público, denotando que a juventude brasileira ainda não é concebida como sujeito de direitos, o que não a enquadra em políticas públicas que visem garantir o acesso a bens materiais e culturais.

O Estado tem se mostrado ausente no controle sobre a população, em específico sobre o segmento jovem. Um exemplo disso é a constatação dos autores Souza, Paiva, Oliveira (2014) sobre o uso de armas de fogo nos homicídios em Natal RN:

A grande incidência de utilização de armas de fogo nos homicídios praticados em Natal/RN é um fator que traduz a ausência de controle do Estado perante essa população, que historicamente vem se tornando marginalizada e negligenciada pelas ações governamentais (p. 374).

O Mapa da Violência (2015) revela que no período compreendido entre os anos de 1980 e 2012 a população teve um crescimento em torno de 61%, enquanto que as mortes matadas por arma de fogo cresceram 387% no mesmo período, sendo que entre os jovens esse percentual foi superior a 460%.

Efetivar direitos humanos não significa apenas incorporá-los em estruturas legais e documentos oficiais, mas, sim, promover um processo de concretização de tais direitos.

Souza, Paiva, Oliveira (2014) defendem que a iniciativa tanto por parte da sociedade civil como do Estado em proporcionar espaços de discussão que vão além da educação formal e profissionalizante podem ter grande impacto na redução das violações de direitos humanos e no enfrentamento à violência. E esclarecem que

entende-se que o empoderamento coletivo produz processos de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades, visando seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas, colocando as comunidades e os sujeitos como protagonistas de seus trajetos em suas histórias e contextos. A perspectiva

do empoderamento traz, também, a possibilidade de construção de ações determinadas a promover a integração e potencialização de grupos historicamente subalternizados, excluídos, explorados, demandatários de bens elementares à sobrevivência, construindo uma lógica oposta ao tradicional assistencialismo, que promove a dependência, desagregação, e despotencialização política das comunidades e coletivos em nossa sociedade (SOUZA; PAIVA; OLIVEIRA, 2014. p. 376)

Diante desse quadro, a formação política se configura como uma possível estratégia para o enfrentamento de todas as formas de violência e negação de direitos vivenciados pela juventude brasileira. Tal instrumento, que consiste no empoderamento da sociedade para construção de uma cultura de reivindicação e conquista de direitos, visando garantir a esse segmento os meios suficientes para sua emancipação.

Necessário se faz, portanto, dar voz àqueles que historicamente vêm tendo seus direitos negados, seja por preconceito geracional – em que a juventude é apontada como culpada pelo *status quo* no qual se encontra a violência incidente sobre a população –, seja por outra motivação social que relegou papel secundário a essa parcela da população. Garantir expressão à juventude, significa muito mais que só ouvir, mas fazer ecoar, politizando e materializando as demandas trazidas por esse segmento juvenil.

Reconhecer direitos, se apropriar da normativa, conhecer as instâncias do Estado, aprender a quem recorrer em casos de violações, pressionar o Estado, desenvolver criativamente instrumentos de desobediência civil e resistência popular são várias as possibilidades que o processo de empoderamento da juventude pode trilhar no enfrentamento à violência e na busca pela garantia de direitos (SOUZA; PAIVA; OLIVEIRA, 2014. p. 378).

Olhando o problema social da violência como produto das relações de desigualdade presentes na sociedade, é possível perceber que somente através de projetos e iniciativas que primem pela formação política e participação comunitária, será possível envolver toda a comunidade, não somente o segmento jovem, na construção de uma sociedade mais igualitária e menos violenta.

Um dos mais explícitos exemplos de empoderamento da população jovem é a participação dos mesmos nas Conferências Nacionais de Juventude, um espaço onde eles podem exercitar o protagonismo e a participação cidadã direta, além de ocupar o espaço que é dele por direito. Porém, as Conferências, apesar de seu papel histórico, ainda não representam avanços expressivos no que diz respeito a políticas públicas diretas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia analisou as produções de conhecimento acadêmico sobre juventude e violência, e além dessa discussão, tocou nos assuntos mídia e políticas públicas, uma vez que essas foram abordagens encontradas nos artigos pesquisados.

Nos eixos de análise estavam as questões sobre as vulnerabilidades que determinam as condições dos jovens na sociedade e como as relações de violência vão sendo construídas a partir disso.

Os artigos ilustraram como se dão as discussões sobre esses assuntos em outras instâncias da sociedade, tais como os debates a nível nacional e internacional sobre o que é e quais são os dilemas da juventude, as discussões sobre violência, vitimização, vulnerabilidade, os debates sobre a mídia e a problemática das políticas públicas para juventude.

As produções analisadas acerca dessa temática demonstram, a partir dos quadros elaborados, a diversidade de olhares e abordagens que podem ser lançados sobre o tema, mas evidenciam também que algumas áreas do conhecimento ainda estão distantes dessa discussão.

Tão diversa quanto a juventude são as formas de apresentação e abordagens sobre a mesma. São muitas as áreas que tem produzido conhecimento sobre juventude e violência, no entanto, infelizmente, na pesquisa aqui descrita não foi encontrado nenhum trabalho realizado por assistentes sociais, ou publicado nas revistas do Serviço Social. O fato evidencia a necessidade de fomentar a discussão sobre o assunto, tanto a nível acadêmico quanto profissional, tendo em vista as contribuições que o Serviço Social pode dar para o debate, bem como a necessidade de preparar e instruir os assistentes sociais no trato com essa população que busca seus direitos por meio dos atendimentos prestados por esses profissionais.

Um exemplo da contribuição que o Serviço Social pode trazer para o debate se refere as discussões sobre as expressões da questão social, tão relevante para a compreensão do funcionamento da sociedade e da forma de construção das relações e papéis sociais, mas que no entanto se manteve ausente dos debates justamente pela ausência de profissionais do Serviço Social fazendo essa discussão.

Dessa forma e com viés contributivo este estudo foi realizado com o objetivo

de analisar as produções de artigos acadêmicos produzidos sobre o tema e cooperar para que essa discussão alcance os assistentes sociais e os estudantes de Serviço Social.

Para além da questão das áreas originais dos autores dos artigos a pesquisa mostrou que a violência torna-se progressiva e historicamente uma linguagem, cujo uso é validado por toda a sociedade. A violência vai se tornando uma forma de lidar, um tipo de relação baseado na vivência das pessoas, e se torna ainda mais aguda quando de fala da população jovem.

“A multidimensionalidade das violências revela a perversão da exclusão social e a negação dos direitos humanos fundamentais, garantidos no aparato legal que prevê o aprofundamento da democracia” (MOURA; DE OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2015 p.3403).

Discutir a inserção e participação do jovem na sociedade é discutir não só o seu papel social e as esperanças que a sociedade lança sobre essa população, trilhar essa discussão é ir rumo as entranhas, a forma como funciona a sociedade, é perceber o machismo, o racismo e o preconceito que se esconde por trás dos números de violência e dos noticiários. O debate sobre a juventude é urgente, é questão de vida ou morte, e isso foi bem mostrado nos artigos analisados neste trabalho.

Os jovens são marcados por desigualdades, e essas desigualdades, apesar das muitas facetas, se expressam pela distribuição irregular dos equipamentos públicos e do acesso a direitos sociais, políticos e civis. Ser jovem no Brasil é enfrentar as mais intensas dificuldades, dentre elas a de estar vivo. O número de jovens vítimas de violência e de jovens mortos é assustador, e não se finda em si mesmo. Os números são somente o resultado de uma desestruturação endêmica e crônica da sociedade.

Os índices relacionados a violência expressam muito mais do que os rostos da criminalidade, por trás deles estão a questão social, a falta de acesso a direitos básicos, a discriminação, o preconceito, as questões de classe e gênero, a história das relações sociais e outras tantas coisas que permanecerão ocultas até que se lance um olhar sob elas.

O fenômeno violência requer compreensão das características internas da população em todos os seus aspectos. Isso vai desde a distribuição geográfica dos aparelhos do Estado, passando pelas estruturas familiares e sociais que encobrem



ou fomentam a violência, chegando ao trato institucional que as vítimas de violência recebem. Com a pesquisa ficou explícito como a configuração da sociedade faz toda a diferença para a compreensão do fenômeno da violência, na verdade, não é possível compreender a violência sem compreender os diversos aspectos da sociedade.

A exposição dos jovens às situações de violências multidimensionais evidencia uma realidade de disparidades socioeconômicas, e revelam que no fundo o que está sendo tirado dessa população é o direito a cidadania, o direito de ir e vir, o direito da livre expressão e o acesso a bens e serviços sociais.

Sua importância, leva em consideração o fato de que os jovens, na posição de cidadãos e sujeitos merecem estar inseridos de forma segura e digna na sociedade. E essa segurança, participação e acesso aos direitos só é conseguida por meio das lutas sociais e das discussões em diversos âmbitos da sociedade, inclusive o acadêmico.

O que ficou evidente é que apesar dos avanços na legislação e nos espaços de discussão política os jovens ainda não estão inseridos na sociedade como sujeitos de direito. Ora são vistos como a esperança e o futuro do país e ora são vistos como baderneiros e desordeiros, mas a realidade é que eles nunca são vistos como sujeitos de direitos.

A partir do presente estudo ficam as questões de quais são as possibilidades de enfrentamento à problemática da violência naturalizada entre os jovens, bem como quais são as ferramentas que podem ser usadas para modificar a imagem dos mesmos pela mídia, facilitando a ampliação e execução de políticas públicas para essa população.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.5, n.6, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Pulo: Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 143-176, 2002.

ALMEIDA, Arthemis Nuamma Nunes de; CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda; SANTOS, Luana Isabelle Cabral dos; PAIVA, Ilana Lemos de. Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projovem urbano em Natal/RN. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 853-869, 2014.

ANDRADE, Cláudia Braga de. Violências e juventudes: processos de subjetivação no contexto escolar. **Boletim de Psicologia**, v. 65, n. 142, p. 15-28, 2015.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. **Juventude e políticas sociais no Brasil**, Brasília: IPEA, p. 25-39, 2009.

ARAÚJO, Liercio Pinheiro. Imagens da violência: Um ensaio sobre a psicossociologia dos grupos violentos e suas perspectivas compreensivas. **Revista Incelências**, v. 2, n. 1, 2012.

BARRETO, Alexandre Franca; MEDRADO, Benedito; QUADROS, Marion Teodósio de. Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 342-352, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e sociedade**, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Mapa da Violência 2015 – Mortes Matadas por Arma de Fogo**. Brasília, 2015.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL, Senado Federal. **CPI – Assassinato de Jovens**. Brasília: Senado Federal,

2016.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República. **Estauto da Juventude** [s. l.; s. d.].

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena M. S.(orgs). **Bibliografia Sobre Juventude**. São Paulo: Edusp, 1995.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. In: **Protagonismo juvenil: o que é e como praticá-lo**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima Oliver; JACOBINA, Olga Maria Pimentel. Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 16, n. 3, p. 379-387, 2011.

COSTA, Tiago Barreto de Andrade; GUIMARÃES, Raul Borges. Uma análise sócio-espacial da mortalidade por agressões na cidade de Belém – PA. **XI Encontro Nacional da ANPEGE**, 2015.

CORRÊA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 461-486, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2 n 3, dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Democracia e socialismo**: questões de princípio & contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992.

CRISTOFOLI, Emerson; NAZZARI, Rosana; SOUZA, Franciele de. Jovens egressos do Sistema Prisional de Toledo/PR (1984-2009): Vulnerabilidades e contradições na formulação das políticas públicas para juventude. **Anais do 5º seminário nacional Estado e Política Social**, 2011.

DA SILVA, Livia Sousa; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A criminalização da juventude no discurso midiático da violência escolar em Belém – PA. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 3, p. 110-130, 2015.

DAGNINO, Evenina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAYRELL, Tarcísio Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 51, n. 24, 2003.

DE CARVALHO, Marcia Siqueira. Jovens e violência na cidade de Londrina – PR. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 31-48, 2011.

DE SOUZA, Candida; DE PAIVA, Ilana Lemos. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 353-360, 2012.

DE SOUZA, Regina Magalhães. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, 2015.

DIAZ Bordenave, Juan E. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOS REIS, Aparecido Francisco. Violência e Desenvolvimento Local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 14, n. 2, p. 155, 2013.

DRUMOND, Eliane de Freitas; SOUZA, Hercília Najara Ferreira de; HANG-COSTA, Talline Arêdes. Homicides, alcohol and drugs in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brazil, 2000-2009. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 4, p. 607-616, 2015.

FACHINETTO, Rochele Fellini. Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade “sem lugares?”. **A violência na sociedade contemporânea**, p. 60-72, 2010.

FILHO, Edson Benedito Rondon; SOUZA, Tatiana Sampaio de Sampaio de. Reflexos do modo e da insegurança na realidade e no cotidiano da juventude brasileira. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 8, n. 1, julho 2013.

FREITAS, Iasmim Moreira de. **A privação de liberdade do adolescente em conflito com a lei e a produção de conhecimento na área de Serviço Social: uma expressão da questão social**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GALINKIN, Ana Lúcia; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante. Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência. **Paidéia**, v. 22, n. 53, p. 365-374, 2012.

IANNI, Octavio. **A ideia do Brasil moderno**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBASE; POLIS. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude** - uma publicação Ibase e Pólis. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Pólis, 2006

IBASE. **Livro das Juventudes Sul-americanas**, Rio de Janeiro: Ibase, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>> acessado em 20 de setembro de 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p. 471-486, 2011.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LICO, Fátima Madalena de Campos; WESTPHAL, Márcia Faria. Juventude, violência e ação coletiva. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 764-777, 2014.

OMS/OPS. **La salud del adolescente y el joven em las Américas**. D.C., 1985.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório Mundial sobre Juventude: os jovens hoje e em 2015**, 2005. Disponível em:

<<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05portuguese.pdf> > acessado em 7 de setembro de 2016.

MEDEIROS, Thaís Juliana; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Mortalidade de jovens por causas externas em São Carlos, SP, de 2000 a 2010: consequência da interiorização da violência?. **BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 9, n. 105, p. 04-17, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Leides Barroso Azevedo; DE OLIVEIRA, Cesar; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Violências e juventude em um território da Área Metropolitana de Brasília, Brasil: uma abordagem socioespacial. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, 2015.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**. Brasília, v.2, n.3, jan/jun, 2001.

NEVES, Alice Cristina Medeiros das; GARCIA, Leila Posenato. Mortalidade de jovens brasileiros: perfil e tendências no período 2000-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 4, p. 595-606, 2015.

NEVES, Carla Malinowski; SANTOS, Nair Iracema Silveira; LAZZAROTTO, Gislei Romanzini. Práticas intersetoriais no Sistema nacional de atendimento socioeducativo: Novas estratégias de democratização ou de segurança?. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 11, 2015.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 15-24, 1997.

PEREIRA, Juliano Gonçalves. Resistência: considerações sobre a trajetória política de jovens negros no século XXI. **Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros Anais do Primeiro Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros**, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº. 3, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine; NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

ROCHA, Jéssika de Carvalho; CALAIS, Lara Brum de. Medidas socioeducativas: uma análise sobre os marcadores sociais de jovens da Zona da Mata. **Revista Científica da FAMINAS**, 2014.

RODRIGUES, Susy Cristina. Adolescentes nas franjas dos territórios e as violências: vozes e existências. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência na UNESP**. Marília, 2014.

RUOTTI, Caren; MASSA, Viviane Coutinho; PERES, Maria Fernanda Tourinho. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface – Comunicação Saúde Educação**. v.15, n.37, p.377-389, abr./jun. 2011

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula; FONSECA, Débora Cristina. **Violência e inserção social do jovem de periferia urbana**. Revista Psicologia:Teoria e Prática. São Paulo, 2014.

SANTOS, Luana Isabelle Cabral dos; DE OLIVEIRA, Andressa Maia; DE PAIVA, Ilana Lemos; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 521-538, 2012.

SANTOS, Rita Cristina de Souza; SOUZA, Daine. Imagens da violência juvenil na mídia impressa valadarense: um caso de saúde pública. **Gestão e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 1576-1588, 2013.

SCISLESKI, Andréa Cristina Coelho; REIS, Carolina dos; HADLER, Oriana; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 64 (3): 19-34, 2012.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquedo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, 2010.

SILVA, Itamar; PANDOLFI, Dulce (org.). **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

SNJ – SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Portal da Juventude. <[http://juventude.gov.br/juventude/noticias/snj-inicia-dialogo-para-reativar-conjuve#.WKZB5H\\_m3IU](http://juventude.gov.br/juventude/noticias/snj-inicia-dialogo-para-reativar-conjuve#.WKZB5H_m3IU)> acessado em 12 de fevereiro de 2017.

SOUZA, Carlos Angelo de M; GOMES, Candido Alberto da C. A juventude na ótica

de policiais: a negação do direito na aparência. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 34, p. 527-543, 2011.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Formação política como uma forma de enfrentamento à violência na juventude. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 30, p. 367-383, 2014.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; GOMES, Romeu; SILVA, Juliana Guimarães e; CORREIA, Bruna Soares Chaves; SILVA, Marta Maria Alves da. Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2012.

SOUZA, Juliana de. Panorama da juventude negra no Brasil. **Revista Identidade!**. São Leopoldo, 2011.

TAKEITI, BA. Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 59-75.

VILHENA, Junia de; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas; ROSA, Carlos Mendes. Da lei dos homens à lei da selva: sobre adolescentes em conflito com a lei. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n. 2, p. 27-40, 2011.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Revista Dados**, v. 55, n. 2, p. 327-65, 2012.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia**, v. 17, n. 3, p. 389-395, 2012.